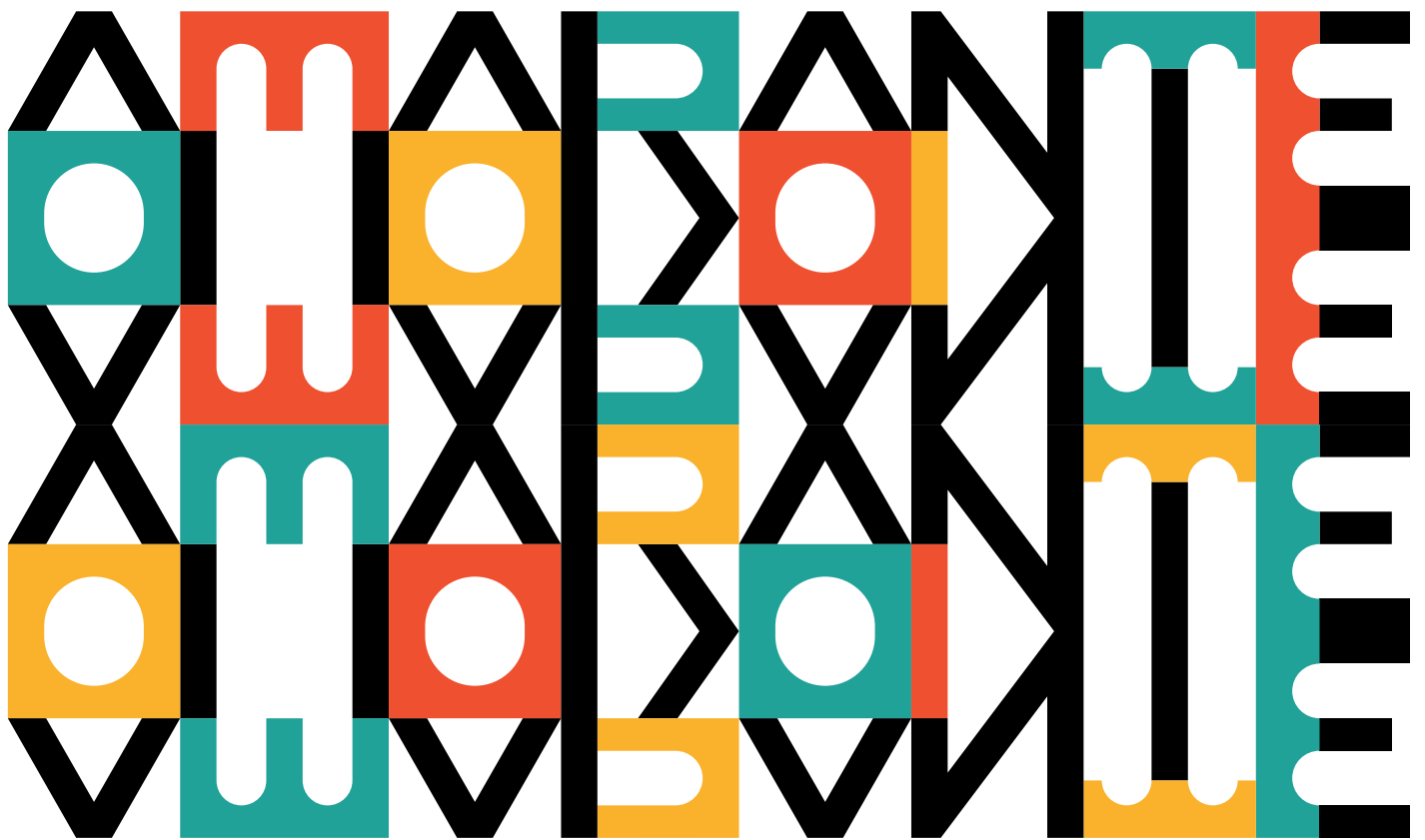


# PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2024-2028



## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CLAS

Tendo por base o atual Plano de Desenvolvimento Social 2024-2028 que agora apresentamos, estamos certos de que todos nós, em geral, e os parceiros da Rede Social de Amarante, em particular, somos convocados a agir, em consciência e de forma coletiva.

Diferenciação e competitividade são as marcas que nos guiam e que alavancam os pontos-chave em termos de posicionamento do Município ao nível do território regional e nacional em que está inserido.

Sabemos que Amarante possui já um conjunto alargado de soluções e equipamentos sociais que tendem a responder às necessidades da população, especialmente em situação de maior vulnerabilidade social. Porém, ambicionamos mais.

É objetivo de Amarante, afirmar-se também como um município inovador, com uma maior dinâmica social e institucional, trabalhando em rede e diretamente no terreno garantindo as melhores respostas sociais.

O foco está também em dar respostas às problemáticas identificadas pelos parceiros da Rede Social dentro das quatro áreas de desafio: "Risco", "Vulnerabilidade Social", "Pobreza e Exclusão Social" e "Exclusão Estrutural". São estas as temáticas que juntos detetámos e, sublinhe-se, será juntos que iremos trabalhar para apresentar propostas de ação que abranjam o maior número de pessoas dos grupos vulneráveis identificados.

Tem sido um caminho intenso de trabalho, partilha, concertação, desconstrução e transformações, sempre com a consciência que ainda há muito a fazer, para responder a velhos problemas sociais e a desafios emergentes, sendo por isso necessário promover respostas inovadoras e impulsionadoras de novas perspetivas profundamente multidimensionais e visionárias.

Apelo uma vez mais ao espírito de mobilização coletiva, já demonstrado em Amarante como uma das nossas maiores riquezas e reforço que a união será crucial para atingir a missão a que nos propomos.

Só contando com todos podemos aspirar ser um território aberto à diferença, mais solidário, mais inclusivo, mais moderno, global e com menos desigualdades, em linha com as orientações do Programa de Financiamento Europeu Portugal 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

**Presidente do CLAS**

Jorge Ricardo

## TÍTULO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE AMARANTE (2024-2028)

## COORDENAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL (DDCS)

Elisabete Macedo

Nuno Meireles

NÚCLEO EXECUTIVO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE AMARANTE

Câmara Municipal de Amarante.

“O Bem-Estar” - Associação de Solidariedade Social de Gondar, IPSS.

Instituto da Segurança Social, I.P.

Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega.

Externato de Vila Meã.

## AUTORIA E CONSULTORIA CIENTÍFICA E TÉCNICA

SINCLAB - SOCIAL INCLUSION LABORATORY

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CONSULTOR DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA

António Batista

## COORDENAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

Rui Serôdio<sup>1</sup>

Alexandra Serra<sup>1,2</sup>

## AUTORES

Rui Serôdio

Sofia Matias<sup>1</sup>

Alexandra Serra

Rosa Borges<sup>1</sup>

Catarina Mano<sup>1</sup>

## Nota:

O presente documento é da inteira responsabilidade do SINCLab – Social Inclusion Laboratory, grupo de investigação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Quaisquer esclarecimentos a respeito do conteúdo do mesmo devem ser dirigidos à Equipa de Coordenação Científica e Técnica do SINCLab, através da Divisão de Desenvolvimento e Coesão Social do Município de Amarante.

Para fins de referência: Serôdio, R., Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. & Meireles, N. (2023). Plano de Desenvolvimento Social do Município de Amarante (2024-2028). Amarante: Município de Amarante.

---

<sup>1</sup> Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

<sup>2</sup> Instituto Universitário de Ciências da Saúde (IUCS, CESPU)

A. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	6
B. ENQUADRAMENTO .....	9
C. NOTA METODOLÓGICA.....	21
D. ÁREAS DESAFIO.....	23
D.1. RISCO.....	25
D.1.1. Crianças e Jovens em Situação de Privação ou Risco.....	26
D.1.1.1. Necessidades de Intervenção Prioritária.....	28
D.1.2. Violência Doméstica .....	37
D.1.2.1. Necessidades de Intervenção Prioritária.....	38
D.1.3. Emergência Social.....	44
D.1.3.1. Necessidades de Intervenção Prioritária.....	45
D.2. VULNERABILIDADE SOCIAL .....	48
D.2.1. Seniores e Pessoas Idosas.....	48
D.2.1.1. Necessidades de Intervenção Prioritária.....	50
D.2.2. Pessoas com deficiência ou Incapacidade.....	55
D.2.2.1. Necessidades de Intervenção Prioritária .....	56
D.2.3. Migrantes e Refugiados .....	62
D.2.3.1. Necessidades de Intervenção Prioritária .....	63
D.3. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL .....	66
D.3.1. Dependências .....	66
D.3.1.1. Necessidades de Intervenção Prioritária.....	67
D.3.2. Saúde Mental.....	71
D.3.2.1. Necessidades de Intervenção Prioritária .....	72
D.3.3. Pessoas em Situação de Sem-Abrigo .....	74
D.3.3.1. Necessidades de Intervenção Prioritária.....	75
D.4. EXCLUSÃO ESTRUTURAL .....	77

D.4.1. Desemprego e Desemprego de Longa Duração.....	77
D.4.1.1. Necessidades de Intervenção Prioritária .....	78
D.4.2. Jovens NEET.....	84
D.4.2.1. Necessidades de Intervenção Prioritária .....	85
D.4.3. Habitação (carência e dificuldade de acesso) .....	91
D.4.3.1. Necessidades de Intervenção Prioritária .....	92
E. NOTA CONCLUSIVA.....	94

## A. SUMÁRIO EXECUTIVO

A visão para o futuro do território de Amarante determinará as opções tomadas em termos de desenvolvimento social. Tais opções são os pontos-chaves em termos de posicionamento do Município ao nível do território regional e nacional em que está inserido, procurando afirmar-se com fatores que primam pela diferenciação e competitividade.

É objetivo de Amarante, afirmar-se como um município inovador, com uma maior dinâmica social e institucional, trabalhando em rede e diretamente no terreno garantindo respostas sociais mais perto de quem delas necessitam e com uma rede básica de recursos adequada a essas necessidades. O foco está também em dar respostas às problemáticas identificadas pelos parceiros da Rede Social dentro das quatro áreas-desafio: "Risco", "Vulnerabilidade Social", "Pobreza e Exclusão Social" e "Exclusão Estrutural". Estas quatro áreas, embora divididas, apresentam problemas e propostas de ação que se interligam e conjugam, abrangendo praticamente todos os grupos vulneráveis.

Assim, dentro da "Área de Risco" o foco será nas Crianças e Jovens em Situação de Risco e/ou Privação, na Violência Doméstica e na Emergência Social.

Por sua vez, a "Área da Vulnerabilidade Social" inclui os desafios relacionados com a População Sénior e Pessoas idosas, as Pessoas com deficiência e a População de Migrantes e Refugiados.

Já na "Área da Pobreza e Exclusão Social" as problemáticas incluem as Dependências, a Saúde Mental e as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo.

Finalmente, a área da "Exclusão Estrutural" está centrada no Desemprego de Curta e de Longa Duração, nos Jovens NEET<sup>3</sup> e na Habitação (a seu carência e dificuldades de acesso).

São estes os desafios de intervenção prioritários, uma vez que constituem os principais geradores de exclusão social, que define e desenha a estratégia inclusiva deste Plano de Desenvolvimento Social de Amarante (PDSA).

Este documento pretende ser agregador das dimensões estratégicas priorizadas pelas entidades parceiras que estiveram implicadas no seu processo de construção, numa visão em que todos contam, como atores principais, no futuro do município de Amarante.

Este espírito de mobilização coletiva, já demonstrado em Amarante como uma das mais valias, será crucial para atingir a missão a que nos propomos. Um território aberto à diferença, mais solidário, mais inclusivo, mais moderno, global e com menos desigualdades.

---

<sup>3</sup> NEET - Acrónimo de "Not in Employment, Education or Training". Tal como o seu significado original, em português este acrónimo é utilizado para se referir aos jovens que não estudam, não trabalham, nem frequentam qualquer tipo de formação.

Tendo como base o Diagnóstico Social de Amarante - onde constam as problemáticas, as prioridades de investimento e os recursos, bem como a Carta Social de Amarante - onde estão explanadas todas as respostas necessárias e existentes no município, o Plano de Desenvolvimento Social incorpora, por isso, as propostas das prioridades de intervenção para o território entre 2024 e 2028, sendo por isso um documento orientador para todos os parceiros da Rede Social e um suporte para sustentar futuras candidaturas e projetos.

O Plano de Desenvolvimento Social de Amarante segue as orientações do Programa de financiamento europeu Portugal 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



## B. ENQUADRAMENTO

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Organização das Nações Unidas, sempre ciente das principais problemáticas inerentes à população mundial, lançou a sua “Agenda das Nações Unidas para 2030”. Trata-se de um plano de ação centrado no denominado “5P”: nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias.

O seu objetivo é a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, onde todos os Estados e outras partes interessadas assumem as suas próprias responsabilidades na sua implementação e garantindo que ninguém é deixado para trás.

Com o título “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, é uma agenda universal, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a implementar por todos os países e pressupõe a integração dos ODS nas políticas, processos e ações desenvolvidas nos planos global, nacional, regional.

Estes 17 ODS vieram alterar a forma de abordar a temática do “desenvolvimento” ao:

- ✦ integrarem as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental);
  - ✦ assentarem em objetivos e metas universais a serem implementados por todos os países (e não apenas por países em desenvolvimento);
  - ✦ terem uma maior dimensão de combate às desigualdades e promoção dos Direitos Humanos, como preocupação transversal a todos os ODS;
  - ✦ implicarem uma nova dinâmica de conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores, incluindo as ONG (Organizações Não-Governamentais), o setor empresarial privado, a academia, parceiros sociais, e restantes membros da sociedade civil, não esquecendo também a cooperação entre o Parlamento, o Governo, autoridades regionais e autarquias locais.
- Estamos perante um desafio que diz respeito a todos<sup>4</sup>.

Portugal teve uma posição ativa na elaboração da Agenda 2030, mas assume que esta ainda necessita de se nortear numa verdadeira partilha de responsabilidades, entre o setor público e o setor privado.

Na elaboração deste documento teve-se o cuidado de articular as diferentes Áreas Desafio do Plano com os ODS, em particular ODS1 “Erradicar a **Pobreza** – Erradicar a Pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares”. O objetivo deste ODS passa por:

---

<sup>4</sup> Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – PORTUGAL (junho de 2017). Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf>

- ✓ Erradicar a pobreza extrema em todas as suas dimensões;
- ✓ Implementar medidas e sistemas de proteção social adequados, capazes de chegar aos mais pobres e vulneráveis;
- ✓ Garantir que os mais pobres e vulneráveis tenham direitos iguais no acesso aos serviços básicos, aos recursos económicos e naturais e participação política;
- ✓ Aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, sobretudo quanto à exposição destes a eventos extremos como desastres ambientais, económicos e sociais;
- ✓ Criar enquadramentos políticos sólidos, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres.

O segundo ODS que se enquadra neste PDS, é o ODS2 “**Erradicar a fome** – Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”. Dentro do seu foco, destaca-se:

- ✓ Erradicar a fome e garantir o acesso de todos a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente, durante todo o ano;
- ✓ Acabar com todas as formas de malnutrição;
- ✓ Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes às alterações climáticas;
- ✓ Garantir um desenvolvimento rural sustentável, fomentar o investimento, o aumento da produtividade, a utilização eficiente dos recursos e viabilizar o tecido produtivo e social nas zonas rurais.

A “**Saúde de Qualidade (ODS3)** – Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” que entre outras orientações, destacam-se as seguintes:

- ✓ Garantir o acesso universal e gratuito aos cuidados de saúde;
- ✓ Garantir a sustentabilidade e necessárias reformas do Serviço Nacional de Saúde;
- ✓ Reduzir a taxa de mortalidade prematura, aumentar a esperança de vida saudável para os 65 anos e reduzir fatores de risco relacionados com as doenças não transmissíveis, nomeadamente o consumo de tabaco e outras substâncias aditivas;
- ✓ Promover a saúde e o bem-estar em geral e em meio escolar, incluindo a saúde mental.

Por sua vez, na área da educação o ODS<sub>4</sub> refere o seguinte: "**Educação de Qualidade** – Garantir acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". Entre as suas linhas orientadoras e tendo em conta o PDS de Amarante, destacam-se as seguintes linhas:

- ✓ Assegurar o acesso ao ensino básico e gratuito e eliminar o analfabetismo, as altas taxas de retenção e de abandono escolar precoce;
- ✓ Alargar a escolaridade obrigatória para os 18 anos, cobrindo também o ensino secundário;
- ✓ Eliminar as disparidades educativas baseadas na raça, cor, etnia, religião, género, orientação sexual ou condições económico-financeiras;
- ✓ Melhorar a qualidade do sistema de ensino nacional.

De salientar que Portugal já alcançou o objetivo de alargamento da "escolaridade obrigatória há algum tempo e com resultados significativos, como se pode comprovar no Diagnóstico Social do Município de Amarante (2023-2024)<sup>5</sup>, onde além de mostrar os reflexos da escolaridade obrigatória no território, dá uma visão do panorama nacional neste contexto.

O ODS<sub>5</sub>. "**Igualdade de Género** – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas", orienta-se para:

- ✓ Acabar com todas as formas de discriminação;
- ✓ Eliminar todas as formas de violência, tráfico e exploração contra as mulheres e meninas e práticas nocivas das suas liberdades e direitos;
- ✓ Promover o reconhecimento do trabalho de assistência e doméstico não remunerado e a responsabilidade compartilhada na família;
- ✓ Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades na vida política, económica e social;
- ✓ Assegurar o acesso universal à saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

O ODS<sub>8</sub> "**Trabalho Digno** – Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos". Ao enquadrar as orientações deste ODS<sub>8</sub> com o PDS amarantino, destaca-se:

- ✓ Promover políticas que apoiem atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação;

---

<sup>5</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

- ✓ Incentivar formalização e crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através de acesso aos serviços financeiros;
- ✓ Alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;
- ✓ Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;
- ✓ Proteger os direitos do trabalhador e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores imigrantes, em particular as mulheres migrantes e pessoas em empregos precários.

Por sua vez, o ODS10 "**Reduzir as Desigualdades** – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países". Tendo em conta as problemáticas prioritárias do PDS de Amarante, dentro deste ODS10, salienta-se:

- ✓ Combater todas as formas de discriminação em Portugal (e em todo o mundo);
- ✓ Promover o crescimento sustentável do rendimento dos 40% da população mais pobre, a um ritmo maior do que o da média nacional;
- ✓ Promover a inclusão social, laboral, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra;
- ✓ Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades, através de políticas fiscais, salariais e de proteção social adequadas;
- ✓ Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas.

O penúltimo ODS a concertar com PDSA é o ODS11 "**Cidades e Comunidades Sustentáveis** – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis", nomeadamente:

- ✓ Garantir o acesso de todos à habitação, serviços básicos e sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis;
- ✓ Estabelecer partilha de responsabilidade na construção coletiva de um ambiente urbano participativo, integrado e sustentável;
- ✓ Promover a diversidade social das cidades como forma de proteger e salvaguardar o património cultural humano.

Finalmente, o ODS16 "**Paz, Justiça e Instituições Eficazes** – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e

construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis", onde se destaca as orientações:

- ✓ Reduzir todas as formas de violência, exploração, tráfico e taxas de mortalidade delas derivadas, nomeadamente contra crianças;
- ✓ Promover o Estado de direito, garantir a igualdade de acesso à Justiça;
- ✓ Garantir instituições e tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa;
- ✓ Assegurar o acesso à informação e proteger as liberdades fundamentais.

O trabalho em rede e o esforço coletivo são fundamentais para conseguir alcançar estes 9 ODS. Aliado ao trabalho de parceria entre os diversos "atores", é fundamental a captação de fundos de financiamento que permita a execução das metas e objetivos do Plano de Desenvolvimento Social.

Para lá do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em vigor atualmente, e que surgiu como forma de os países da União Europeia recuperarem do choque social e económico provocado pela pandemia de Covid-19, perspetiva-se, no horizonte de oportunidades, um conjunto de medidas e programas de financiamento designadamente no âmbito do "Portugal 2030", que inclui a medida específica "Pessoas 2030".

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030, que Portugal se prontificou a cumprir, bem como o "Portugal 2030" e o "Pessoas 2030", para além de orientadores, serão recursos fundamentais para a execução, de forma eficiente, do Plano de Desenvolvimento Social de Amarante.

## PORTUGAL 2030 – VISÃO ESTRATÉGICA

O desenvolvimento social de um município como Amarante, requer que se alinhem estratégias de forma antecipada com os parâmetros globais em que esse desenvolvimento se insere, bem como a procura de recursos e oportunidades para alcançar os objetivos traçados.

A Estratégia de Coesão Territorial e Social em que o PDSA 2024-2028 se enquadra passa pela rentabilização, organização e qualificação dos recursos, pela capacitação institucional das organizações, da intervenção concertada das respostas, alinhadas com os planos nacionais, regionais e locais. Além de estar alinhada com os instrumentos da política pública nacional e europeia, como o programa Portugal 2030.

O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas, onde se incluem quatro de âmbito temático, com realce para o **Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão.**

Em adição aos 12 programas nacionais, existem mais cinco ao nível regional e que correspondem às NUTS II do Continente, onde se destaca o **Norte 2030**. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa.

Estes Programas mobilizam a totalidade dos recursos disponíveis, de forma articulada e coerente, no respeito pelos princípios da simplificação, da transparência, da parceria, da eficácia, da eficiência e da orientação para resultados.

Em termos de prioridades, a programação do Portugal 2030 é feita em torno de cinco objetivos estratégicos (OP) e um objetivo específico da União Europeia, das quais se salienta o **Portugal + Próximo dos Cidadãos** e o **Portugal + Social**.

O Portugal + Próximo dos Cidadãos apoia estratégias de desenvolvimento a nível local, promotoras de coesão social e territorial, e apoiando o desenvolvimento urbano sustentável, baseado no conceito de interligação de redes, centrada nas necessidades das pessoas.

Por sua vez, o Portugal + Social apoia a melhoria das qualificações da população, a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, promovendo o emprego de qualidade, a inclusão social, seguindo as prioridades estabelecidas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

## O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE AMARANTE

O PDS de Amarante 2024-2028 orienta-se fundamentalmente pelo **Portugal + Próximo dos Cidadãos** e pelo **Portugal + Social**, procurando estabelecer a relação direta com as linhas de apoio e financiamento que o irá sustentar.

De salientar que a agenda para o Desenvolvimento Social, presente no Portugal 2030, integra as respetivas Áreas Desafio desenvolvidas no contexto da elaboração do presente PDS:

1. **Risco:**
  - a. Crianças e Jovens em Situação de Privação ou Risco;
  - b. Violência Doméstica;
  - c. Emergência Social.
2. **Vulnerabilidade Social:**
  - a. Seniores e Pessoas Idosas;
  - b. Pessoas com deficiência ou incapacidade;
  - c. Migrantes e Refugiados;
3. **Pobreza e Exclusão Social:**
  - a. Dependências;
  - b. Saúde Mental;

- c. Pessoas em situação de Sem-Abrigo.
4. **Exclusão Estrutural:**
- a. Desemprego e desemprego de longa duração;
  - b. Jovens NEET;
  - c. Habitação (carência e acesso).

Estas são as áreas prioritárias, em consonância com o Diagnóstico Social elaborado previamente, e que servem de base para a operacionalidade deste documento de planeamento estratégico.

O financiamento desta agenda para o desenvolvimento social será feito quase na sua totalidade pelo FSE+. Cumprindo assim, quase integralmente, o objetivo prioritário da mesma.

Este fundo de financiamento tem uma intervenção alargada nos domínios das Políticas Ativas de Emprego, da Educação e formação Profissional e Superior, da Inclusão Social e da Igualdade e Não Discriminação.

Esta intervenção social, estruturada na estratégia 2030, vem complementar o PRR, atual programa estratégico em vigor. Este plano tem uma visão estratégica de desenvolvimento do País, dos seus recursos, dos ativos mobilizadores e competitivos para atingir o patamar de desenvolvimento social preconizado no presente PDS.

Assim, o PDSA procura alinhar-se de forma estratégica para possibilitar o acesso aos recursos financeiros indispensáveis para a intervenção recomendada, potenciando o financiamento aos projetos e ações do conjunto de instituições parceiras da Rede Social, tendo sido desenhado seguindo os Objetivos Gerais (OG) e específicos (OE) que a seguir se descrevem.

## **OG2 Responder aos desafios demográficos e socioeconómicos**

**OE1.1** Inverter o saldo natural negativo, promovendo a atratividade demográfica, principalmente da população jovem, sendo esta o potencial ativo.

**OE1.2** A promoção da natalidade.

**OE1.2.1** Através da fixação dos jovens, criando condições para a constituição futura de família.

**OE1.2.2** Integração dos migrantes e refugiados, de forma holística e estruturada, que fomentem a sua fixação no território.

**OE1.3** Promover medidas que visem aumentar o potencial ativo, e qualificado.

**OE1.4** Promover medidas que visem combater a desigualdade de género no mercado produtivo e para a conciliação da vida profissional e familiar.



**OE1.5** Potenciar a fixação das empresas no território.

## **OG2 Garantir os Direitos e promover a igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens**

**OE2.1** Acompanhamento permanente (e monitorização) da evolução qualitativa e quantitativa das crianças e jovens em risco.

**OE2.2** Redução do número de crianças e jovens em situação de exclusão social devido à pobreza.

**OE2.3** Criação de condições de equidade e qualidade nos percursos educativos e de formação como meio de promoção do sucesso escolar.

**OE2.4** Respostas para colmatar a privação material.

## **OG3 Diminuição dos casos de Violência Doméstica**

**OE3.1** Criação de programas de intervenção para os agressores/as, complementando as respostas existentes para as vítimas e com um objetivo comum: a diminuição da ocorrência e a reincidência deste crime.

**OE3.2** Prioridade na empregabilidade e autonomia financeira das vítimas de violência doméstica.

**OE3.3** Respostas para apoiar os profissionais que trabalham diretamente com os casos de violência doméstica, tendo em conta o impacto negativo que a exposição contínua ao sofrimento e ao trauma das vítimas pode assumir no bem-estar emocional e psicológico dos profissionais.

## **OG4 Dar resposta às situações de Emergência Social**

**OE4.1** Promoção de uma intervenção concertada e integrada entre as equipas das várias medidas que assegurem as respostas na saúde, habitação, formação/qualificação e emprego, permitindo a inclusão social.

**OE4.2** Criação de uma equipa de emergência social e criação de uma resposta temporária.

## **OG5 Promoção de uma resposta eficaz e estruturada para as situações de Vulnerabilidade Social**

**OE5.1** Impulso de medidas dirigidas a idosos em situação de pobreza.

**OE5.2** Implementação de projetos para apoio a grupos vulneráveis (famílias monoparentais, refugiados/imigrantes, pessoas em situação de sem-abrigo, pessoas com deficiência e/ou incapacidade).

**OE5.3** Desenvolvimento de um mecanismo de acolhimento ao imigrante.

**OE5.4** Promoção de medidas que assegurem os direitos dos seniores, dos idosos e das pessoas com deficiência.

**OE5.5** Promoção da valorização das pessoas com incapacidade através da sua qualificação técnica e profissional e integração no mercado de trabalho.

**OE5.6** Aumento da participação cívica e política das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

**OE5.7** Garantir que as pessoas com deficiência e/ou incapacidade têm acesso a atividades de cultura e lazer.

## **OG6 Combate à Pobreza e Exclusão Social**

**OE6.1** Aumento da capacidade de resposta na intervenção com pessoas com comportamentos aditivos e dependências.

**OE6.2** Formação e apoio técnico, para docentes e não docentes no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências.

**OE6.3** Consulta de jovens ao nível da Prevenção Indicada.

**OE6.4** Reforço da equipa do Resposta de Apoio Psicológico e criação de equipas especializadas em saúde mental para apoio no domicílio.

**OE6.5** Setorização e descentralização dos cuidados de saúde mental.

**OE6.6** Respostas comunitárias de prevenção de problemas de saúde mental.

**OE6.7** Reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo.

**OE6.8** Promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo.

**OE6.9** Reforço da rede de respostas locais para situações de sem-abrigo.

**OE6.10** Seguir localmente as orientações e metas definidas a nível nacional pela ENIPSSA.

**OE6.11** Promoção de uma resposta de emergência social que garanta a alimentação, higienização e pernoita da pessoa em situação de sem-abrigo (em Amarante e Vila Meã).

**OE6.12** Intervenção sistémica de acordo com as situações-problema: saúde, social, habitacional, segurança e emprego/formação.

## OG7 Intervenção nos problemas de Exclusão Estrutural

- OE7.1** Criação de mecanismos que promovam a diminuição do desemprego das mulheres e que permitam conciliar a vida profissional com a vida familiar.
- OE7.2** Aumento das qualificações e níveis de escolaridade dos desempregados de longa duração.
- OE7.3** Aposta na qualificação dos desempregados no domínio de outras línguas (especialmente o inglês), para facilitar a sua integração profissional.
- OE7.4** Estudo da rede de transportes públicos com vista a adequar às necessidades do mercado produtivo.
- OE7.5** Dinamização de campanhas de sensibilização relativa ao trabalho não declarado (trabalho precário) e à economia paralela.
- OE7.6** Dinamização de campanhas de sensibilização para profissões desvalorizadas.
- OE7.7** Construção de Incubadora Social para fomentar a empregabilidade.
- OE7.8** Reforço da sinalização e acompanhamento dos Jovens NEET.
- OE7.9** Desenvolvimento de um projeto específico para a inclusão profissional e social dos jovens NEET.
- OE7.10** Promoção do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade a uma habitação condigna (principalmente as que integram crianças e jovens e famílias idosas ou idosos isolados).
- OE7.11** Construção de novas soluções habitacionais ao abrigo do 1.º Direito e da ELHA<sup>6</sup>.
- OE7.12** Programa de residências partilhadas para famílias isoladas.

De forma a responder a estes desafios propostos, o presente documento foi organizado em torno de diferentes tipologias de projetos orientadores para as ações futuras, onde se incluem:

(1). Projetos Âncora - Projeto de especial relevância no município (atual ou futura) que possa servir de veículo de comunicação da política social local na área temática na qual intervêm. Esta tipologia de projeto serve ou poderá servir de “bandeira” comunicacional no município pela consistência e visibilidade adquirida. O projeto âncora tem como objetivo estratégico a congregação de microiniciativas numa intervenção consistente de continuidade e capacidade de produzir impacto.

(2). Projetos Estruturantes - Tem uma vocação de qualificação e capacitação da intervenção já existente. A sua lógica é a integração da intervenção já existente numa base

---

<sup>6</sup> Serôdio, R, Lima, J. A., Serra, A., Matias, S. & Borges, R. (2021). Estratégia Local de Habitação (2021-2025). Amarante: Município de Amarante.

comum técnica e metodológica qualificada. Deverá contribuir para a criação de mecanismos de articulação e partilha de processos e resultados nos projetos e intervenções já em curso, com a atualização de conhecimento em práticas de intervenção com maior eficácia.

(3) Projetos de Inovação - que exploram uma temática social emergente, ou recurso a uma metodologia inovadora numa área temática convencional com carácter experimental e demonstrativo. Estes projetos têm como objetivo criar modelos de boas práticas de intervenção que se possam converter em políticas sociais locais ou em novas respostas e serviços à comunidade.

Os diferentes projetos que se descrevem mais à frente no documento, foram desenhados com base nas orientações apresentadas e sustentam-se nos seus próprios (1) Objetivos Estratégicos e (2) Objetivos Específicos.

Os primeiros têm um carácter geral e remetem para as orientações de política social do Município e da Rede Social de Amarante. Enquanto os segundos, dizem respeito ao tipo mudanças que se pretende implementar junto dos grupos-alvo ou das entidades que desenvolvem as respostas sociais.

O PDSA intenta estruturar a sua visão estratégica no conjunto das prioridades estratégicas também definidas em sede da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS). Estas traçam uma marca diferenciadora e competitiva dos municípios que constituem a CIM-TS, e em especial o território de Amarante, realçando os seus potenciais e dinâmicas específicas que poderão influenciar o sucesso da lógica de ação e de desenvolvimento social que compõem este PDSA.

## C. NOTA METODOLÓGICA

O Plano de Desenvolvimento Social de Amarante 2024-2028 (PDSA) é um instrumento de planeamento estratégico a nível municipal, debatido, desenhado e elaborado, de forma conjunta, entre os demais parceiros da Rede Social Local.

O PDSA traça o panorama social para o território, integrando a perspetiva ao nível de freguesia, correspondendo à conceção de ações de base local e de proximidade à população.

Define quais as estratégias e o caminho a percorrer para alcançar os objetivos delineados. É, portanto, um instrumento orientador das respostas às necessidades coletivas e individuais, onde o seu primordial objetivo é servir de enquadramento entre todas as intervenções e o respetivo desenvolvimento social pretendido.

A elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social, assume uma extrema importância para a aprovação de projetos cofinanciados pelo programa europeu Portugal 2030.

O PDS de Amarante é resultado de uma metodologia participativa, na implicação e trabalho conjunto desenvolvido pelos parceiros da Rede Social. Numa primeira fase através da elaboração da Carta Social onde foi efetuado o mapeamento das respostas e recursos do território e a análise prospetiva das necessidades.

Na fase do Diagnóstico Social foram organizados grupos focais por cada área temática e problemáticas, onde os parceiros contribuirão não só com a sua visão, conhecimentos e experiência, mas também identificaram propostas de ações/respostas.

A informação foi tratada e estruturada tendo sido categorizada em cada problemática, por Problemas Identificados, Perfil de Risco, Necessidades de Intervenção Prioritárias, Intervenção e Ações Tipo, bem como a descrição e identificação das potenciais entidades promotoras e parceiras, e recursos a mobilizar.

O PDSA foi elaborado em permanente articulação com o Núcleo Executivo (NE) do Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Rede Social de Amarante, bem como com os 10 Municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS).

Importa referir que o Plano de Desenvolvimento Social de Amarante, é um documento estratégico dinâmico, pelo que será necessário ter em conta as variáveis espaço, tempo e contextos, podendo como tal, ser necessário efetuar ajustamentos nos momentos da execução e avaliação. Neste sentido será necessário não descurar os acontecimentos socioeconómicos que poderão emergir, o que torna este PDSA num documento aberto e sujeito a todas as adaptações e contextualizações, durante todo o período que estiver em vigor.

**D. ÁREAS DESAFIO**

Como referido no Diagnóstico Social do Município de Amarante (2023) para além dos dados estatísticos oficiais foi efetuada a recolha da informação de base qualitativa através do desenvolvimento de quatro grupos focais, divididos por subgrupos, com os objetivos de envolver, de uma forma mais eficaz, os diferentes atores e entidades parceiras, e congregar o seu conhecimento e experiência, de base local e proximidade, relativo às problemáticas e aos grupos sociais mais vulneráveis.

No âmbito desta metodologia foi possível identificar os problemas persistentes e emergentes, o perfil dos grupos vulneráveis, os recursos existentes bem como as linhas de intervenção relativos às problemáticas e subproblemáticas no âmbito do Risco, da Vulnerabilidade Social, da Pobreza e Exclusão Social e Exclusão Estrutural, que sustentam a organização deste documento.

Não obstante, muitas das problemáticas identificadas cruzam-se, pelo que as próprias propostas de intervenção podem abranger mais do que uma das acima enumeradas, como é o caso do projeto estruturante seguinte.

PROJETO ESTRUTURANTE – RADAR SOCIAL	
NECESSIDADE	<p><b>INOVAÇÃO</b></p> <p>Visão estratégica para o processo de planeamento e gestão do território, partindo do local para o global, integrando as perspetivas ambientais (contexto e envolvente), económicas, políticas (tomada de decisão e definição das metas) e sociais e a participação comunitária, da população, em especial as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, e as entidades de base local e proximidade legitimando por isso, todo o processo.</p>
	<p><b>CAPACITAÇÃO</b></p> <p>Sistema integrado de georreferenciação social e de capacitação dos territórios na ativação das respostas e otimização dos recursos, visando trazer maior eficácia à ação das entidades locais, apoiada na noção de desenvolvimento social e integrada numa perspetiva do desenvolvimento local. Constituição de uma equipa multidisciplinar</p>
	<p><b>INOVAÇÃO</b></p> <p>Maximização das potencialidades e a minimização dos problemas, numa numa lógica de planeamento participado não só por parte das entidades, organizações e associações mais próximas da população, mas pela própria população vulnerável incorporando, por isso, na produção do conhecimento as ações humanas e o reconhecimento das suas dinâmicas e fragilidades, mas também das suas potencialidades.</p>
OBJETIVOS	<p><b>ESTRATÉGICOS</b></p> <p>Até março de 2026 o município de Amarante terá o território atualizado ao nível da referenciação e mapeamento dos recursos e da população vulnerável, com vista a responder de forma eficiente e eficaz às situações problema das famílias em situação de vulnerabilidade.</p>



## PROJETO ESTRUTURANTE – RADAR SOCIAL

<b>ESPECÍFICOS</b>	Até final de 2026, Amarante será um município de intervenção forte na área da inclusão social	
<b>COMPONENTES CHAVE DA INTERVENÇÃO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Montagem técnico-institucional do projeto;</li> <li>2. Definição da equipa multidisciplinar;</li> <li>3. Contratação dos Recursos Humanos e da plataforma de georreferenciação;</li> <li>4. Definição metodológica e circuito de funcionamento;</li> <li>5. Atualização dos documentos estratégicos Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação;</li> <li>6. Implementação do sistema integrado de georreferenciação social, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social;</li> <li>7. Georreferenciar recursos, respostas e soluções, a nível local/regional, promovendo a participação e sustentabilidade das comunidades;</li> <li>8. Execução do Plano de Ação</li> <li>9. Monitorização e avaliação</li> </ol>	
<b>GRUPO-ALVO</b>	População/Famílias em situação de vulnerabilidade Social	
<b>PROMOÇÃO E GOVERNAÇÃO</b>	<b>Entidade Promotora</b>	Município de Amarante
	<b>Entidades Parceiras</b>	Parceiros da Rede Social
<b>HORIZONTE TEMPORAL</b>	<b>Data de Inicio</b> 2024	<b>Data de Término</b> 2026
<b>AVALIAÇÃO DE IMPACTO</b>	Grau de eficácia na intervenção multidimensional; Grau de eficácia do sistema de georreferenciação Grau de comprometimento das entidades parceiras em todo o processo; Percentagem de famílias que saíram da sua condição de vulnerabilidade social.	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	Recursos e serviços especializados no acompanhamento das famílias em tempo útil, de forma integrada e holística.	
<b>RECURSOS A MOBILIZAR</b>	Projetos ou ações no terreno Entidades parceiras Medidas de política social local Programas nacionais e comunitários e financiamento	

### D.1. RISCO

Esta área inclui problemáticas organizadas a partir de indicadores de risco ou perigo iminente que exigem uma resposta imediata remediativa, com instituições e serviços que possibilitam essa tipologia de intervenção.

Em complementaridade foram equacionadas estratégias preventivas atuantes sobre os fatores de risco ou perigo identificados.

Na área de Risco estão incluídas as problemáticas sociais das **crianças e jovens em situação de privação e em risco, a violência doméstica e a emergência social**.

#### **D.1.1. Crianças e Jovens em Situação de Privação ou Risco**

As crianças e jovens são especialmente vulneráveis aos efeitos da pobreza, desde logo pela sua dependência em relação às suas famílias, quer económica quer social, mas também pela fase de desenvolvimento em que se encontram.

O contexto sociofamiliar, comunitário e ambiental e a vivência em situação de pobreza têm efeitos nocivos sobre o bem-estar das crianças e jovens, colocando-as em situação de privação ou risco e em desvantagens relativamente às oportunidades de aprendizagem, nomeadamente ao nível escolar, mais permeáveis a comportamentos desviantes, e numa previsão futura, com menores perspectivas de emprego, piores condições de saúde e habitação, assim como dificuldades em manter uma vida social equilibrada e saudável.

O Município de Amarante possui várias respostas e recursos direcionados a esta problemática, não obstante carece de uma concertação mais alargada, e a definição de circuitos de intervenção conjuntos entre as entidades que intervêm neste domínio.

- (1). Parentalidade e família em risco evidentes pela desestruturação familiar, associados a processos de divórcio/separação, com a consequente monoparentalidade e dificuldade de supervisão e acompanhamento familiar;
- (2). Modelos de educação desadequados e pautadas por agressividade verbal e/ou física ou permissividade, acrescidas da falta de apoio afetivo e emocional e negligência parental.
- (3). Comportamentos de Risco da família como o consumo, pelos pais, de álcool/estupefacientes e violência doméstica;
- (4). Famílias em rutura económica por carências materiais graves em situação de crise; do desemprego ou emprego precário, o sobre-endividamento e a dependência dos apoios e prestações sociais;
- (5). Comportamentos de risco das crianças/jovens associada à influência/pressão exercida entre pares, a falta de maturidade emocional, dificuldade na gestão das emoções, a indisciplina escolar e agressividade entre pares; bem como situações mais graves de *bullying* e *ciberbullying*;
- (6). Comportamentos aditivos de álcool/drogas e o uso excessivo das novas tecnologias, nomeadamente jogos online, de forma cada vez mais precoce;
- (7). Perturbações do comportamento alimentar – anorexias, bulimias nervosas e quadros de perturbações da ingestão alimentar compulsiva. Comportamentos auto ou heteroagressivos e aumento de crianças com necessidades específicas;
- (8). Défice na articulação entre as entidades com responsabilidade no domínio da infância e social, designadamente respostas de proximidade de apoio à família, que permita a conciliação entre a vida familiar e profissional, Creches e ATL/OTL, Centros de Apoio ao Estudo;
- (9). Escassez de respostas psicoeducativas e terapêuticas dirigidas às crianças e jovens: psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, psicomotricidade, permitindo uma ação concertada com os serviços de pedopsiquiatria;
- (10). Escassez dos recursos humanos nas organizações, o que obriga a que estes assumam várias respostas e projetos, diminuindo a qualidade, eficiência e eficácia, da intervenção.

<sup>7</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

## PERFIL DE RISCO - CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO OU RISCO

Contextos familiares desestruturados, por vezes, na sequência de divórcios ou separação, com reprodução de ciclos de pobreza, em situação de desemprego ou em precaridade laboral

Privação material

Modelos relacionais reprodutores da desestruturação

Monoparentalidade familiar em situação de risco e privação

Crianças e jovens com baixo rendimento escolar e absentismo escolar;

Ausência de projeto de inserção profissional, formação e escolarização

Saúde mental infantil e juvenil com índices crescentes de patologias identificadas com défice de resposta;

Comportamentos desviantes e de risco

Problemas de ansiedade, depressão e baixo autoconceito

### D.1.1.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

As necessidades de intervenção prioritária passam pela ação integrada das respostas no âmbito da infância, com especial enfoque, nas crianças e jovens em situação de privação ou risco, com a criação do Núcleo de Garantia para a Infância e a concertação dos planos locais, nomeadamente do Plano Local de Garantia para a Infância, e do Plano de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Amarante - Adélia – atualmente sob a supervisão da CPCJ<sup>8</sup> de Amarante.

Outra das necessidades de intervenção prioritária passam pela qualificação da intervenção, o reforço e alargamento dos equipamentos/respostas de Creche, ATL/OTL<sup>9</sup>, apoio ao estudo, em horários flexíveis e ao longo de todos os meses do ano, o mais próximo possível da comunidade, freguesias e união de freguesias, assim como das respostas extracurriculares com uma maior componente do desporto e áreas de autoconhecimento e gestão emocional.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco.

<sup>9</sup> ATL/OTL – Atividades de Tempos Livres / Oficinas de Tempos Livres.

<sup>10</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., & Mano, C. (2022). Carta Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

A constituição de equipas multidisciplinares nas escolas do município, permitindo uma intervenção preventiva, de primeira linha e articulada com as equipas das entidades parceiras, nomeadamente do SAAS<sup>11</sup> e Saúde ou outras medidas existentes no território.

Criação de oficinas nas escolas para promoção da cidadania e da participação, bem como promover competências necessárias ao desenvolvimento pessoal, familiar, social e profissional.

Reforço de respostas psicoeducativas e terapêuticas às crianças e jovens (psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, psicomotricidade), em articulação entre as entidades com responsabilidade nas áreas da saúde e social, com vista a uma intervenção próxima e integrada junto das famílias com crianças e jovens. Associada à capacitação, através da formação, dos recursos humanos potenciando a qualidade da intervenção.

A garantia do acesso e oportunidade a todas as crianças/jovens à frequência de atividades desportivas, recreativas, culturais e artísticas de proximidade, com o reforço na inclusão das crianças com necessidade específicas, assim como das minorias étnicas e migrantes, através da mobilização e qualificação dos recursos.

Investimento em projetos inovadores que visam a capacitação parental, nomeadamente ao nível da parentalidade positiva e consciente e projetos na área da prevenção de comportamentos desviantes, nomeadamente consumos aditivos, álcool, droga e jogos online e nas áreas do *bullying* e *cyberbullying*, na área do consumo e literacia financeira.

## GARANTIR OS DIREITOS E PROMOVER A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODAS AS CRIANÇAS E JOVENS



Problemática Prioritária	Intervenção	Ações tipo
<b>Crianças e Jovens em Privação ou Risco</b>	1.1. Concertação dos Planos Estratégicos para a Infância	Criação do Núcleo de Garantia para a Infância; Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens de Amarante - Adélia - CPCJ de Amarante; Plano Local de Garantia para a Infância.

<sup>11</sup> SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

1.2. Qualificação da intervenção	Reforço e flexibilização das respostas para a infância; Reforço e Capacitação dos Recursos Humanos; Respostas diferenciadoras; Respostas e serviços especializados (sobretudo na área da saúde mental).
1.3. Mobilização e qualificação dos recursos da comunidade	Rede de Recursos: Desportivas, recreativas e culturais e artísticas.

### PROJETO ÂNCORA – “CRIANÇAS E JOVENS EM INTEGR(AÇÃO)”

<b>ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS</b>	Atividades Socioeducativas Centro de Atividades de Tempos Livres Clube de Férias Pré'Ocupa-te O Cantinho do Estudo
<b>ENTIDADE PROMOTORA</b>	Município de Amarante
<b>ENTIDADE GESTORA</b>	Juntas de Freguesia IPSS's <sup>12</sup> Escolas (Agrupadas e não Agrupadas) CPCJ Instituto de Segurança Social
<b>ENTIDADES EXECUTORAS</b>	A definir caso a caso de acordo com o planeamento integrado e participado da equipa que integrará este projeto.
<b>MODELO DE GESTÃO</b>	Equipa de gestão constituída pelas IPSS 's, CPCJ, Escolas (Agrupadas e não Agrupadas), Juntas de Freguesia.
<b>FINANCIAMENTO</b>	Portugal 2030 – Pessoas 2030; Programa Norte 2030; Programas nacionais e comunitários EEA Grants, Interreg, URBACT e outros.
<b>LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO</b>	O projeto procurará integrar e articular todos os recursos institucionais, serviços e entidades que possam constituir uma oportunidade de inclusão destas crianças e jovens tendo em vista melhoria da qualidade de vida deste grupo e proporcionando a oportunidade de realizarem atividades que seriam impossíveis levar a cabo se fossem as famílias a ter de financiar essas atividades.

<sup>12</sup> IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.

---

## PROJETO ÂNCORA – “CRIANÇAS E JOVENS EM INTEGR(AÇÃO)”

---

### BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO

O projeto realizará a avaliação contínua dos resultados e impactos alcançados com a definição e identificação das boas práticas inovadoras identificadas.

O objetivo deste processo será escalar o projeto em todo o Concelho e a outros concelhos como modelo de boas práticas, numa visão estratégica comum e abrangente.

---

## SUSTENTAÇÃO

---

### Grupo-alvo e potenciais beneficiários

- (1). Pessoas entre os 5 e os 18 anos;
  - (2). Crianças e Jovens em situação de risco, em situação de vulnerabilidade social, carência económica e distantes em termos geográficos dos centros urbanos;
  - (3). Podem apresentar alguns problemas de saúde mental ou de dependências.
- 

### Necessidades

- (1). Aumento do isolamento devido à dependência de ecrãs;
  - (2). Incapacidade de os pais darem a devida atenção e/ou não saberem como lidar com os problemas dos filhos;
  - (3). Ausência de atividades de tempos livres perto da área de residência;
  - (4). Sentimentos de baixa autoestima;
  - (5). Vulnerabilidade económica, baixos rendimentos dos agregados familiares;
  - (6). Défice de estímulos e socialização.
- 

## OBJETIVOS

## INDICADORES DE AVALIAÇÃO

---

### Estratégicos

Até 2026 definido um processo integrado de apoio à infância e juventude.

- (1). Taxa de Risco e Vulnerabilidade Social da criança ou jovem (Entre os 5 e os 18 anos);
  - (2). Indicadores de Juventude Ativa adaptada à realidade local
- 

### Específicos

A partir de 2026 instituído um modelo dinâmico de resposta à população jovem.

---

## METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E AÇÃO

---

- (1). Definição da Equipa multidisciplinar responsável pelo Projeto;
  - (2). Formação conjunta dos técnicos para definir procedimentos e o modelo de trabalho;
  - (3). Elaboração de Manual de Apoio para a uniformização do trabalho e procedimentos tendo em conta a natureza dos projetos e procedimentos;
  - (4). Constituição da parceria de projeto com as Juntas freguesias, IPSS's, CPCJ, Escolas, voluntários e outras instituições locais;
  - (5). Identificação e sinalização das Crianças e Jovens, particularmente em situação de risco e vulnerabilidade social - Cada Freguesia, em conjunto com as entidades parceiras, faz a respetiva identificação;
  - (6). Diagnóstico das necessidades, grau de risco e de vulnerabilidade social, interesses e motivações das crianças e jovens com vista à adaptação aos projetos;
  - (7). Realização de Ações/Fóruns com as entidades parceiras, Juntas de Freguesias, IPSS's, CPCJ, Escolas e os jovens com o objetivo de fomentar a participação e implicação em todo o processo.
-

## PROJETO ESTRUTURANTE - NÚCLEO LOCAL DE GARANTIA PARA A INFÂNCIA

<b>NECESSIDADE</b>	<b>INOVAÇÃO</b>	Intervenção concertada a nível local com vista garantir o acesso efetivo ao acolhimento na primeira infância, a educação de qualidade, a cuidados de saúde, a uma alimentação saudável e a uma habitação condigna.
	<b>CAPACITAÇÃO</b>	Conceber um Núcleo Local de Garantia para a Infância com vista à construção de Plano Local de Garantia para a Infância e uma intervenção integrada em rede.
<b>OBJETIVOS</b>	<b>INOVAÇÃO</b>	Estrutura multidimensional onde todos os parceiros locais com responsabilidade neste domínio, de forma comprometida, definam as estratégias de convergência nos serviços e respostas e acessos com vista a responder às problemáticas identificadas neste domínio.
	<b>ESTRATÉGICOS</b>	Até final de 2028 o município de Amarante é reconhecido como um concelho promotor da igualdade de oportunidades sociais para as crianças e jovens.
	<b>ESPECÍFICOS</b>	Até final de 2028 Amarante tem de ser reconhecido como um município com boas práticas na promoção do bem-estar das suas crianças e jovens.
	<b>COMPONENTES CHAVE DA INTERVENÇÃO</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>(1). Montagem técnico-institucional do projeto;<ol style="list-style-type: none"><li>a. Definição dos parceiros estratégicos a locais a integrar o NGPI<sup>13</sup>;</li><li>b. - Definição conjunto do plano de trabalho deste Núcleo em articulação com a Coordenação Nacional do NGPI.</li></ol></li><li>(2). Serviços e atividades de apoio às famílias das crianças na área das competências, da formação ação e informação;</li><li>(3). Atividades e serviços de apoio ao estudo para crianças e jovens em risco de insucesso escolar;</li><li>(4). Serviços especializados de mediação familiar e de conflitos;</li><li>(5). Serviços especializados de apoio e acompanhamento psicológico e de apoio a intervenção na saúde mental das crianças e jovens;</li><li>(6). Atividades de desenvolvimento educativo fora do contexto escolar;</li><li>(7). Atividades de promoção da participação da comunidade escolar e da cidadania ativa;</li><li>(8). Promoção de programas de verão para pessoas com deficiência/NEE <sup>14</sup>;</li><li>(9). Apoio na área da habitação: melhoria das condições de habitação, apoios ao arrendamento em casos de vulnerabilidade;</li><li>(10). Monitorização e avaliação do projeto.</li></ol>
<b>GRUPO-ALVO</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>(1). Crianças e jovens do município de contextos desfavorecidos ou em situação de vulnerabilidade;</li><li>(2). Crianças e jovens sinalizados em risco ou perigo pela CPCJ (e outras entidades);</li></ol>	

<sup>13</sup> NGPI - Núcleo Local de Garantia para a Infância

<sup>14</sup> NEE – necessidades Educativas Especiais.



---

## PROJETO ESTRUTURANTE - NÚCLEO LOCAL DE GARANTIA PARA A INFÂNCIA

---

	(3). Crianças e jovens em risco de insucesso escolar sinalizados pela escola.	
<b>PROMOÇÃO E GOVERNAÇÃO</b>	<b>Entidade Promotora</b>	Município de Amarante.
	<b>Entidades Parceiras</b>	CLAS; Coordenação Nacional da Garantia para a Infância.
<b>HORIZONTE TEMPORAL</b>	<b>Data de Início</b>	<b>Data de Término</b>
	2024	2028
<b>AVALIAÇÃO DE IMPACTO</b>	(1). Eficácia da intervenção em rede;	
	(2). Grau de resolução de problemas sociais identificados nas famílias e nas crianças e jovens de forma multidimensional e sistémica.	
	(3). Taxa de sucesso escolar nas crianças e jovens.	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	(1). Melhoria generalizada das condições de vida das crianças e jovens vulneráveis;	
	(2). Serviços especializados disponíveis para crianças e jovens da comunidade, sinalizados ou não, pelos serviços em risco de insucesso escolar, acesso à saúde, acesso à alimentação e habitação;	
	(3). Promoção de competências parentais positivas;	
	(4). Melhoria dos resultados escolares das crianças e jovens alvo de intervenção.	
<b>RECURSOS A MOBILIZAR</b>	(1). Projetos ou ações que já estão a ser implementados;	
	(2). Medidas de política social local	
	(3). Portugal 2030 – Pessoas 2030;	
	(4). Programa Norte 2030;	
	(5). Programas nacionais e comunitários: EEA Grants, Interreg, URBACT e outros.	

Em conjugação com as ações integradas, tanto no Projeto Âncora como no Projeto Estruturante, no âmbito da intervenção com Crianças e Jovens em Situação de Privação ou Risco, o presente PDSA integra, ainda um conjunto de outras ações a desenvolver no sentido de se garantir os direitos e promover a igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens, e que a seguir se enumeram.

## FICHA DE AÇÕES - CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO OU RISCO

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Criação do Núcleo Local de Garantia para a Infância <sup>15</sup>	Definição no CLAS das entidades que deverão integrar este Núcleo Local de Garantia para a Infância e constituição do mesmo como Eixo Prioritário de intervenção.	CMA; CLAS; Coordenação Nacional da Garantia para a Infância.
2	Articulação do Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens Amarante - Adélia - CPCJ de Amarante Plano Local de Garantia para a Infância	Organização das equipas com intervenção nestes domínios; Definição conjunta das prioridades de intervenção e circuitos de trabalho, bem como a captação de recursos	CPCJ de Amarante; Núcleo de Garantia para a Infância; Coordenação Nacional da Garantia para a Infância;
3	Reforço e alargamento dos equipamentos/respostas de Creche <sup>16</sup>	Candidaturas aos Programas de Financiamento pelas entidades, em concertação com o previsto na Carta Social 2023-2027	IPSS 's; Entidades privadas com respostas neste domínio.
4	Constituição de equipas multidisciplinares em todas as escolas do município	Intervenção preventiva, de primeira linha e articulada com as equipas das entidades parceiras, nomeadamente do SAAS e saúde ou outras medidas existentes no território.	CMA; Escolas (Agrupadas e não Agrupadas). Instituto de Segurança Social ACES <sup>17</sup> Baixo Tâmega
5	Criação de oficinas temáticas nas escolas	Constituição de projetos com caráter de inovação, socioculturais e artísticos, para desenvolver as oficinas promotoras de competências necessárias ao desenvolvimento pessoal, familiar, social e profissional	CMA; Escolas (Agrupadas e não Agrupadas).

<sup>15</sup> Integrado no Projeto Âncora

<sup>16</sup> Cf. Serôdio, R., Matias, S., Serra, A., Borges, R., & Mano, C. (2022). Carta Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

<sup>17</sup> ACES – Agrupamento de Centros de Saúde

## FICHA DE AÇÕES - CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO OU RISCO

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
6	Criação de Projetos de Educação Não-formal e de inovação na área do ambiente, sustentabilidade, empreendedorismo e inovação.	Estes projetos serão desenvolvidos com as escolas e as entidades parceiras que possuam conhecimentos nestas áreas.	Escolas (Agrupadas e não Agrupadas) Outras entidades parceiras
7	Reforço no Apoio ao Estudo e atividades tempos livres para crianças e jovens em risco ou privação	Estabelecimento de Acordos de colaboração com os ATL's e Associações de Pais, ou similares com esta resposta, de forma descentralizada e de proximidade	CMA IPSS 's - ATL' s Centros de Estudo Escolas (Agrupadas e não Agrupadas) Associações de Pais Juntas de Freguesia
8	Atividades fora do contexto escolar com foco na componente desportiva, artística e áreas de autoconhecimento e gestão emocional.	Estabelecimento de Acordos de colaboração com as Associações desportivas e recreativas descentralizadas/por freguesia	CMA IPSS Escolas (Agrupadas e não Agrupadas) Juntas de Freguesias Centros de Estudo Associações desportivas e recreativas Outras entidades parceiras
9	Alargamento de programas de férias para crianças e jovens em risco ou privação, nomeadamente pessoas com deficiência/NEE 's	Estabelecimento de Acordos de colaboração com os ATL's e Associações de Pais, ou similares com esta resposta, de forma descentralizada e de proximidade	CMA IPSS 's - ATL' s Escolas (Agrupadas e não Agrupadas) Associações de Pais Juntas de Freguesia Centros de Estudo Associações desportivas e recreativas Outras entidades parceiras

---

## FICHA DE AÇÕES - CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO OU RISCO

---

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
10	Reforço de respostas psicoeducativas e terapêuticas às crianças e jovens (psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, psicomotricidade),	Constituição de uma equipa de promoção e reforço do bem-estar das crianças e jovens. Promoção de reuniões de concertação e monitorização entre as entidades com responsabilidade nas áreas da saúde e social, com vista a uma intervenção próxima e integrada junto das famílias com crianças e jovens	CHTS <sup>18</sup> ACES Baixo Tâmega CMA SAAS

---

<sup>18</sup> CHTS – Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa

### D.1.2. Violência Doméstica

A violência doméstica é uma das principais problemáticas geradoras de risco e propulsora de situações agudas de exclusão social. A sua caracterização é complexa, contudo está muitas vezes correlacionada com outras problemáticas sociais, escassez de recursos, nomeadamente económicos, problemas ao nível da saúde, designadamente mental, comportamentos aditivos (álcool e drogas), desemprego, ambiente de conflitos familiares, dificuldade de gestão emocional e reprodução dos ciclos de violência intergeracional.

Torna-se crucial reforçar a prevenção da violência e a intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica.

A promoção de ações e projetos que visem desconstruir estereótipos de género, sensibilizar para a violência que acontece cada vez mais cedo, desde o namoro, para a violência doméstica enquanto crime público, divulgar as respostas existentes e apelar à denúncia por parte das vítimas e da comunidade em geral.

Principais problemáticas identificadas no município de Amarante<sup>19</sup>

#### VIOÊNCIA DOMÉSTICA

- (1). Desestruturação familiar, decorrentes de processos de divórcio ou separação;
- (2). Saúde mental e conflitos familiares;
- (3). Comportamentos aditivos (álcool e drogas) por parte dos agressores;
- (4). Reprodução intergeracional da violência;
- (5). Exposição das crianças e jovens à violência e a dinâmicas familiares violentas;
- (6). Tolerância e aceitação social e individual de agressão e outros comportamentos que constituem violência doméstica;
- (7). Normalização de determinados comportamentos de violência, desde a fase de namoro;
- (8). Ausência de resposta para os/as agressores/as

### PERFIL DE RISCO - VIOÊNCIA DOMÉSTICA

Concomitância de fatores de vulnerabilidade: baixa escolaridade, desemprego e dinâmicas familiares desestruturadas

Grupos especialmente vulneráveis, mulheres, crianças e idosos (isolados e dependentes)

<sup>19</sup> Seródio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

## PERFIL DE RISCO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Dependência financeira e emocional do agressor e a dificuldade na gestão emocional e afetiva, com a consequente dificuldade de tomada de decisão

Baixa autoestima e autoconceito de vítima

Ambivalência emocional da vítima

### D.1.2.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

No âmbito da violência domésticas, as necessidades de intervenção prioritárias passam pela criação de Programas de Intervenção com agressores/as, como respostas complementares às existentes para vítimas, visando objetivos comuns, nomeadamente a proteção da vítima, a redução dos comportamentos abusivos e as elevadas taxas de reincidência deste crime.

A formação e apoio para profissionais, com mais investimento na formação contínua a profissionais das diferentes valências e entidades, capacitando-os para identificar sinais de violência doméstica, agir com empatia e encaminhar as vítimas adequadamente.

Considerando o impacto negativo que a exposição contínua ao sofrimento e ao trauma das vítimas pode assumir no bem-estar emocional e psicológico dos profissionais com atuação nesta área, seria importante uma especial atenção a medidas que promovam também a sua saúde mental, estimulando o desenvolvimento de estratégias de *coping*, incentivando ao autocuidado, e possibilitando momentos de intervenção e supervisão. Ao implementar este tipo de estratégias promove-se o bem-estar dos próprios profissionais, mas também se contribui para a qualidade da intervenção.

Deve ser priorizada a empregabilidade e autonomia financeira das vítimas de violência doméstica, através da ampliação e reforço dos apoios que permitam uma satisfação mais ajustada às necessidades apresentadas a nível económico, habitacional, de emprego e emocional.

A constituição de equipas multidisciplinares, integradas nas escolas, trabalhando de forma contínua com crianças, jovens, famílias e restante comunidade escolar.

Intervenção preventiva na comunidade, através de campanhas de sensibilização contínuas, em colaboração com as escolas, instituições locais e meios de comunicação para promover a consciencialização sobre a violência doméstica (incluindo os sinais de alerta e as diferentes respostas de apoio).

Programas educativos escolares - Introdução de programas educativos sobre relações saudáveis, igualdade de género e prevenção de relacionamentos abusivos, desde os primeiros anos de escolaridade, com vista à construção de uma comunicação e relação interpessoal positiva e não baseada na violência.

## REFORÇAR E QUALIFICAR AS RESPOSTAS DE INTERVENÇÃO AO NÍVEL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Problemática Prioritária	Intervenção	Ações prioritárias
Violência Doméstica	2.1 Qualificação da intervenção	Programas de Intervenção com Agressores/as Formação e Apoio para Profissionais
	2.2. Capacitação das vítimas	Projetos de empoderamento das vítimas Incremento dos apoios para as vítimas
	2.3. Intervenção comunitária: violência doméstica/violência no namoro	Campanhas de Sensibilização à comunidade Programas Educativos Escolares

### PROJETO ÂNCORA – “+ IGUALDADE, - VIOLÊNCIA”

<b>ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS</b>	Gabinete Bem-Me-Quer Apartamentos Protegidos de Transição Unidas Campanha Amarante de Igual para Igual Ações de prevenção Violência no Namoro
<b>ENTIDADE PROMOTORA</b>	Município de Amarante CIM-TS
<b>ENTIDADE GESTORA</b>	Juntas de Freguesia IPSS 's GNR <sup>20</sup> CPCJ Instituto da Segurança Social
<b>ENTIDADES EXECUTORAS</b>	A definir caso a caso de acordo com o planeamento integrado e participado da equipa que integrará este projeto.

<sup>20</sup> GNR – Guarda Nacional Republicana

---

## PROJETO ÂNCORA – “+ IGUALDADE, - VIOLÊNCIA”

---

### MODELO DE GESTÃO

Equipa de gestão constituída pelas IPSS 's, CPCJ e Juntas de Freguesia.

---

### FINANCIAMENTO

Portugal 2030 – Pessoas 2030;  
Programa Norte 2030.

---

### LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO

O projeto procurará integrar e articular todos os recursos institucionais, serviços e entidades que possam constituir uma maior proteção das vítimas, tendo em vista melhoria da qualidade de vida deste grupo e proporcionando a oportunidade de terem uma vida em segurança e com garantias de estabilidade a todos os níveis num futuro próximo.

---

### BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO

O projeto realizará a avaliação contínua dos resultados e impactos alcançados com a definição e identificação das boas práticas inovadoras identificadas.  
O objetivo deste processo será escalar o projeto em todo o município e a outros municípios como modelo de boas práticas, numa visão estratégica comum e abrangente.

---

## SUSTENTAÇÃO

---

### Grupo-alvo potenciais beneficiários

- (1). Pessoas adultas de todas as faixas etárias;
  - (2). Todas as pessoas, independentemente do sexo e da idade, que sejam vítimas de violência doméstica, seja esta de que tipo for;
  - (3). Residentes em toda a área geográfica do município.
- 

### Necessidades

- (1). Dificuldade das vítimas em sair da relação tóxica;
  - (2). Dependência financeira do agressor por parte das vítimas;
  - (3). A existência, em muitos casos, de filhos menores e como tal, também estes são vítimas de violência doméstica;
  - (4). Muitas vítimas não têm consciência da gravidade dos atos e “normalizam” as agressões;
  - (5). A falta de apoio para as vítimas conseguirem libertar-se da relação abusiva;
  - (6). Receio da reação do agressor e da sociedade perante a revelação da situação abusiva.
- 

## OBJETIVOS

## INDICADORES DE AVALIAÇÃO

---

### Estratégicos

Até 2026 definido um processo integrado de apoio à vítima.

- (1). Número de vítimas sinalizadas e apoiadas;
  - (2). Monitorização das vítimas quanto à sua evolução ao nível de reestruturação da sua vida pessoal, social, profissional e financeira.
- 

### Específicos

A partir de 2026 instituído um modelo dinâmico de resposta às vítimas de violência doméstica.

---



---

## PROJETO ÂNCORA – “+ IGUALDADE, - VIOLÊNCIA”

---

### METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E AÇÃO

---

- 1). Definição da Equipa multidisciplinar responsável pelo Projeto;
  - 2). Formação conjunta dos técnicos para definir procedimentos e o modelo de trabalho;
  - 3). Elaboração de Manual de Apoio para a uniformização do trabalho e procedimentos tendo em conta a natureza dos projetos e procedimentos.
  - 4). Identificação e sinalização das vítimas de violência doméstica;
  - 5). Diagnóstico das necessidades das intervenções a desenvolver em cada caso de violência doméstica;
  - 6). Promoção de Ações/Fóruns com as entidades parceiras, Juntas de Freguesias, IPSS 's, CPCJ, GNR e outras entidades com o objetivo de fomentar a participação e implicação em todo o processo;
  - 7). Constituição da parceria de projeto com as Juntas de Freguesia, IPSS 's, CPCJ, GNR e outras instituições locais.
- 

Em conjugação com as ações integradas, no Projeto Âncora “+ Igualdade, - Violência”, o Plano de Desenvolvimento Social de Amarante pressupõe o desenvolvimento das ações no quadro que segue, de forma a reforçar e qualificar as respostas de intervenção ao nível da violência doméstica.

## FICHA DE AÇÕES – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Programa de intervenção destinado a agressores/as	Sinalizar, avaliar / diagnosticar e acompanhar os/as agressores/as de violência doméstica	CMA CPCJ IEFP/GIP e COEP <sup>21</sup> ACES Baixo Tâmega e CHTS Instituto da Segurança Social CAFAP <sup>22</sup> GNR DIAP <sup>23</sup> - Comarca do Porto Este de Amarante DGRS <sup>24</sup> RNAVVD <sup>25</sup>
2	Formação e Apoio para Profissionais	Investimento na formação contínua a profissionais das diferentes valências e entidades, capacitando-os para identificar sinais de violência doméstica, agir com empatia e encaminhar as vítimas adequadamente. Medidas que promovam a saúde mental, estimulando o desenvolvimento de estratégias de <i>coping</i> , incentivando ao autocuidado, e possibilitando momentos de intervenção e supervisão. A implementação deste tipo de estratégias pretende promover o bem-estar dos próprios profissionais, mas também contribuir para a qualidade da intervenção	CMA Unidas
3	Empoderamento das Vítimas	Reforço dos apoios para as vítimas, concertação ajustada às necessidades apresentadas a nível económico, habitacional e de emprego.	CMA Instituto da Segurança Social IEFP/GIP

<sup>21</sup> IEFP/ GIP – Instituto de Emprego e Formação Profissional / Gabinete de Inserção Profissional; COEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional.

<sup>22</sup> CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

<sup>23</sup> DIAP – Departamento de Investigação e Ação Penal.

<sup>24</sup> DGRS – Direção-Geral de Reinserção Social

<sup>25</sup> RNAVVD - Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

### FICHA DE AÇÕES – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
		Apoio psicológico, gestão emocional e <i>coaching</i> para as vítimas	IPSS 's
4	Intervenção preventiva na comunidade	Campanhas de sensibilização em colaboração com escolas, instituições locais e meios de comunicação para promover a consciencialização sobre a violência doméstica (incluindo os sinais de alerta e as diferentes respostas de apoio)	CMA Escolas (Agrupadas e não Agrupadas) IEFP/GIP e CQEP IPSS 's CAFAP CPCJ Juntas de Freguesia ACES Baixo Tâmega e CHTS GNR Meios de comunicação local Redes Sociais
5	Programas educativos escolares	Desenvolvimento e implementação de um programa de promoção de relações saudáveis, igualdade de género e prevenção de relacionamentos abusivos, desde os primeiros anos de escolaridade, com vista à construção de uma comunicação e relação interpessoal positiva e baseada na não-violência.	CMA Escolas (Agrupadas e não Agrupadas) IPSS 's CAFAP CPCJ

### D.1.3. Emergência Social

A Emergência Social ocorre em situações de enorme vulnerabilidade, quando não se encontram asseguradas toda ou algumas das condições mínimas de sobrevivência (alimentação, habitação, saúde ou direitos sociais), colocando em risco as pessoas/famílias ao nível da sua integridade física, psíquica, emocional ou social e a dignidade da vida humana.

Estas situações requerem respostas rápidas e adequadas e exigem uma sólida articulação entre as entidades parceiras.

Principais problemáticas identificadas no município de  
Amarante<sup>26</sup>

#### EMERGÊNCIA SOCIAL

- (1). Vulnerabilidade social e económica na sequência da conjuntura socioeconómica, o desemprego ou emprego precário;
- (2). Rutura funcional por carências múltiplas sem possibilidade de assegurar as necessidades básicas;
- (3). Falta de literacia financeira; colocando as famílias numa situação de sobre-endividamento;
- (4). Sobre-endividamento das famílias;
- (5). Alteração da configuração familiar por o divórcio, separação ou viuvez;
- (6). Consumo de substâncias aditivas, problemas de saúde, designadamente saúde mental;
- (7). Dificuldade das famílias de acesso a habitação, tendo em conta os valores elevados das rendas em proporção aos baixos ou inexistentes rendimentos;
- (8). Falta de habitação com tipologia 1, para famílias isoladas.

#### PERFIL DE RISCO - EMERGÊNCIA SOCIAL

Pessoas/famílias multiassistidas e beneficiárias de várias medidas complementares, em situação de desemprego ou precariedade laboral, com intermitências no mercado produtivo, ausência de rendimentos

Tendencialmente, famílias divorciadas ou separadas, desestruturadas

Famílias monoparentais (maioritariamente femininas) em situação de risco e privação

Ansiedade e depressão no âmbito familiar

Famílias idosas isoladas (a viverem sozinhas), sem ou escassa retaguarda familiar

<sup>26</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

## PERFIL DE RISCO - EMERGÊNCIA SOCIAL

Pessoas que se encontram excluídas de todos os sistemas, como é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo

### D.1.3.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

As propostas de intervenção neste domínio visam a promoção de uma intervenção concertada e integrada entre as equipas das várias medidas que assegurem as respostas na saúde, habitação, formação/qualificação, emprego, permitindo a inclusão social desta franja da população em situação de extrema vulnerabilidade social.

Para além disso, como fulcral à resposta na área da emergência social será a criação de uma equipa de emergência social e criação de uma resposta temporária para pessoas em situação de sem-abrigo, ou em condição similar.

## PROMOVER UMA RESPOSTA INTEGRADA DE EMERGÊNCIA SOCIAL



Problemática Prioritária	Intervenção	Ações prioritárias
Emergência Social	3.1. Capacitação da intervenção	Intervenção integrada interinstitucional Rede de resposta à emergência social
	3.2. Criação de nova resposta de Emergência Social	Criação de uma equipa de emergência social Criação de uma resposta temporária de emergência social

## PROJETO ESTRUTURANTE - INTERVENÇÃO EM EMERGÊNCIA SOCIAL

NECESSIDADE	INOVAÇÃO	Equipa de Intervenção integrada interinstitucional
	CAPACITAÇÃO	Intervenção concertada e integrada entre as equipas das várias medidas que assegurem as respostas na saúde, habitação, formação/qualificação, emprego.
	INOVAÇÃO	Estrutura multidimensional para a convergência de serviços, ações e respostas sociais nesta problemática

## PROJETO ESTRUTURANTE - INTERVENÇÃO EM EMERGÊNCIA SOCIAL

<b>OBJETIVOS</b>	<b>ESTRATÉGICOS</b>	Até final de 2028 o município de Amarante é um território de referência na intervenção imediata e de emergência social	
	<b>ESPECÍFICOS</b>	Até final de 2028 o Município de Amarante é reconhecido como boa prática na metodologia de intervenção no âmbito desta problemática	
<b>COMPONENTES CHAVE DA INTERVENÇÃO</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>(1). Montagem técnico-institucional do projeto;</li> <li>(2). Definição das entidades parceiras;</li> <li>(3). Definição da equipa a afetar;</li> <li>(4). Definição da metodologia e circuito de funcionamento;</li> <li>(5). Definição dos serviços especializados de apoio às famílias;</li> <li>(6). Elaboração de um Guia de Procedimentos;</li> <li>(7). Promoção de ações de melhoria das competências da população abrangida;</li> <li>(8). Monitorização e avaliação</li> </ul>	
<b>GRUPO-ALVO</b>		População/famílias integradas nas medidas de Emergência Social e em situação de vulnerabilidade social	
<b>PROMOÇÃO E GOVERNAÇÃO</b>		<b>Entidade Promotora</b>	Município de Amarante e Segurança Social
		<b>Entidades Parceiras</b>	Parceiros da Rede Social
<b>HORIZONTE TEMPORAL</b>		<b>Data de Início</b> 2025	<b>Data de Término</b> 2028
<b>AVALIAÇÃO DE IMPACTO</b>		<p>Grau de eficácia na intervenção multidimensional</p> <p>Grau de comprometimento das entidades parceiras em todo o processo;</p> <p>Ações e serviços co-criados para responder às necessidades das famílias, tendo em conta as suas competências.</p>	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>		Recursos e serviços especializados no acompanhamento das famílias em tempo útil, de forma integrada e holística.	
<b>RECURSOS A MOBILIZAR</b>		<p>Projetos ou ações no terreno</p> <p>Entidades parceiras</p> <p>Medidas de política social local</p> <p>Programas nacionais e comunitários e financiamento</p>	

### FICHA DE AÇÕES – EMERGÊNCIA SOCIAL

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Equipa de Intervenção integrada interinstitucional	Criação de uma equipa de emergência social Intervenção concertada e integrada entre as equipas das várias medidas que assegurem as respostas na saúde, habitação, formação/qualificação, emprego	CMA SAAS Instituto da Segurança Social GNR ACES Baixo Tâmega e CHTS IPSS'S Associação de Bombeiros Voluntários (Amarante e Vila Meã).
2	Rede de respostas à emergência social	Constituição de uma resposta em rede que vise responder localmente a situações de emergência social.	CMA SAAS Instituto da Segurança Social GNR ACES Baixo Tâmega e CHTS IPSS'S Associação de Bombeiros Voluntários (Amarante e Vila Meã).

## D.2. VULNERABILIDADE SOCIAL

A Área da Vulnerabilidade Social inclui problemáticas decorrentes de circunstâncias de vida pessoais ou sociais específicas (ou fatores característicos individuais ou de grupo) que num contexto social em que são escassos ou que não existem recursos específicos ou respostas especializadas de apoio conduzem a uma situação de vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade perante o contexto social em que se encontram poderá ser minimizada com a intervenção social direcionada às suas necessidades específicas.

Na área da Vulnerabilidade Social estão incluídas problemáticas das pessoas seniores, das pessoas com incapacidade e/ou deficiência, das pessoas migrantes ou refugiadas e pessoas de etnia minoritária.

### D.2.1. Seniores e Pessoas Idosas

A população está a envelhecer a um ritmo acelerado, resultado do aumento da esperança de vida e a diminuição dos nascimentos. Se é certo que o aumento da população idosa expressa a melhoria das condições de vida e da saúde, também é verdade que representa um desafio para as políticas, nomeadamente a nível funcional, outros problemas de saúde bem como para a sua integração social.

A Carta Social de Amarante documenta uma rede de equipamentos alargada e descentralizada, com respostas formais dirigidas a esta população, bem como um conjunto de projetos e respostas que visam o apoio no domicílio desta população. Contudo, estas respostas são ainda escassas face às necessidades identificadas e as que se projetam. A população sénior representa um dos grupos sociais mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social.



- (1). Idadismo, associado ao preconceito em relação a idade;
- (2). Vulnerabilidade económica, baixas reformas ou pensões e elevadas despesas com medicação, renda de habitação, despesas com água, luz e gás, tendo;
- (3). A ausência ou deficiente retaguarda familiar;
- (4). O isolamento e a solidão;
- (5). Exclusão digital pela dificuldade de acesso aos serviços cada vez mais digitais;
- (6). Problemas de saúde mental (Alzheimer, Parkinson, depressão geriátrica, entre outras.), havendo escassez de respostas na comunidade;
- (7). Dependência física, social, económica e emocional;
- (8). Dificuldade de acesso a uma alimentação equilibrada, podendo existir riscos de subnutrição;
- (9). Situações de negligência e maus-tratos (psicológicos, emocionais, físicos e económicos);
- (10). Falta de condições habitacionais, resultado das rendas elevadas, falta de condições habitacionais dignas e a ausência de respostas de habitação para famílias isoladas;
- (11). Barreiras arquitetónicas e acessibilidades dificultam a mobilidade desta população e o acesso aos serviços básicos;
- (12). Insuficiência e pouco acessibilidade de respostas sociais e atividades adaptadas e diversificadas, com o objetivo de fomentar as relações de socialização e o bem-estar físico, psíquico e emocional;
- (13). Ausência ou demora na atribuição dos produtos de apoio;
- (14). Falta de recursos humanos de proximidade para esta população;
- (15). Insuficiência de apoios e respostas às famílias cuidadoras (cuidador/a informal): económicas, e acesso aos serviços sociais e saúde e descanso do cuidador/a;
- (16). Insuficiência de respostas, em tempo útil, para situações de emergência;
- (17). Ausência de respostas para apoio noturno.

<sup>27</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

## PERFIL DE RISCO - SENIORES E PESSOAS IDOSAS

Pessoas com 65 ou mais anos com algum tipo de dependência, carenciados economicamente, em habitação precária, com pouca ou nenhuma retaguarda familiar, muitas vezes com histórias familiares pautadas por conflitos e ruturas familiares

Idosos isolados a viverem sozinhos, com baixas reformas/pensões, apoiados pelas respostas sociais existentes do Instituto da Segurança Social e do Município

Perturbações do foro mental, especialmente Ansiedade e Depressão

Idosos integrados no seio familiar, cujos familiares são cuidadores informais e prestam apoio 24 horas

### D.2.1.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

As necessidades de intervenção prioritária passam pelo planeamento integrado na conceção de um Plano Local para o Envelhecimento Saudável. Este deverá contemplar a dimensão das acessibilidades, através da eliminação das barreiras arquitetónicas e acesso aos serviços, e do reforço da fiscalização e dos licenciamentos para supervisão das barreiras arquitetónicas e acessibilidade dos edifícios.

Criação de respostas de proximidade para a promoção da saúde e bem-estar da população, ao nível de freguesia, onde se inclui ioga, meditação, sessões de bem-estar e relaxamento, ginástica, atividades lúdicas, culturais e convívio, ajustadas a esta população.

Reforço e alargamento das respostas que visam acompanhar as pessoas sénior, com o objetivo de combater o isolamento e a solidão, de base comunitária e de proximidade, nomeadamente o "Acompanhar & Reparar", "Aproximidade" e projetos similares.

Em termos de respostas mais formais, a constituição de uma equipa de proximidade que permita acompanhar as situações mais problemáticas, em concertação com as respostas e medidas existentes.

Alargamento e complementaridade, designadamente com o Cuidar de Quem Cuida, das respostas e apoios para os/as cuidadoras informais, nomeadamente com a criação de uma equipa multidisciplinar para apoiar as pessoas sénior e/ou cuidadores no domicílio e a criação de apoios/benefícios municipais aos cuidadores informais, principalmente respostas que permitam o descanso do cuidador.

Alargamento das respostas convencionadas de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Estrutura Residencial para Idosos de acordo com as necessidades identificadas e projetadas na carta Social de Amarante.<sup>28</sup>

Criação de uma resposta de emergência social específica para a pessoa sénior.

Reforço de respostas de apoio económico e habitacional, criando respostas diferenciadoras dirigidas a esta população mais vulnerável.

## PROMOVER MELHOR QUALIDADE DE VIDA À POPULAÇÃO SÉNIOR E PESSOAS IDOSAS



Problemática Prioritária	Intervenção	Ações prioritárias
<b>Seniores e Pessoas Idosas</b>	4.1. Planeamento Integrado	Plano Local para o Envelhecimento Saudável
	4.2. Mais Acessibilidades para Todos	Eliminação das barreiras arquitetónicas e acesso aos serviços; Reforço na fiscalização dos licenciamentos.
	4.3. Saúde e Bem Estar	Respostas/atividades de proximidade – freguesias.
	4.4. Capacitação da Intervenção	Alargamento e complementaridade das respostas e apoios para os/as Cuidadoras Informais; Equipa multidisciplinar de Emergência ao domicílio; Alargamento das respostas convencionadas de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Estrutura Residencial.
	4.5. Habitação Acessível	Respostas de habitação diferenciadoras.
	4.6. Economia e gestão familiar	Alargamento e complementaridade de apoios económicos.

<sup>28</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., & Mano, C. (2022). Carta Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

---

## PROJETO ÂNCORA – “ENVELHECIMENTO ATIVO”

---

### ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS

Projeto Aproximidade  
Projeto Acompanhar & Reparar  
Cuidar de Quem Cuida  
Serviço Municipal de Apoio ao Idoso  
Universidade Sénior  
Outras articulações a definir

---

### ENTIDADE PROMOTORA

Município de Amarante

---

### ENTIDADE GESTORA

Juntas de Freguesia  
IPSS's  
Instituto da Segurança Social

---

### ENTIDADES EXECUTORAS

A definir caso a caso de acordo com o planeamento integrado e participado da equipa que integrará este projeto.

---

### MODELO DE GESTÃO

Equipa de gestão constituída pelas IPSS 's, ACES Baixo Tâmega  
Juntas de Freguesia

---

### FINANCIAMENTO

Portugal 2030 - Pessoas 2030;  
Programa Norte 2030;  
Programas nacionais e comunitários: EEA Grants, Interreg, URBACT e outros.  
Programa de Recuperação e Resiliência

---

### LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO

O projeto procurará integrar e articular todos os recursos institucionais, serviços e empresas que possam constituir uma oportunidade de inclusão e melhoria da qualidade de vida da população sénior.

---

### BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO

O projeto realizará a avaliação contínua dos resultados e impactos alcançados com a definição e identificação das boas práticas inovadoras identificadas;  
O objetivo deste processo será escalar o projeto em todo o município e a outros municípios como modelo de boas práticas, numa visão estratégica comum e abrangente.

---

## SUSTENTAÇÃO

---

### Grupo-alvo e potenciais beneficiários

- (1).Pessoas com 65 ou mais anos;
  - (2). Pessoas em situação de isolamento, a viver sozinhos ou em situação de isolamento geográfico;
  - (3). Idosos que tomam conta de idosos, sendo por isso também cuidadores informais;
  - (4). Em situação de carência económica;
  - (5).Pessoas sénior que apresentam alguns problemas de saúde, mas mantém a sua autonomia.
-

---

## PROJETO ÂNCORA – “ENVELHECIMENTO ATIVO”

---

<b>Necessidades</b>	(1). Aumento exponencial de idosos a viverem sozinhos; (2). Ausência ou parca retaguarda familiar ou rede de vizinhança; (3). Sentimentos de solidão, inutilidade e baixa autoestima; (4). Vulnerabilidade económica, baixas reformas ou pensões; (5). Défice de estímulos e socialização.
---------------------	--

---

	<b>OBJETIVOS</b>	<b>INDICADORES DE AVALIAÇÃO</b>
<b>Estratégicos</b>	Até 2027 definido um processo integrado de apoio à população sénior	(1). Taxa de Risco de Pobreza do Idoso (a partir dos 65 ou mais anos); (2). Indicadores de Envelhecimento Ativo e Saudável adaptado à realidade local.
<b>Específicos</b>	A partir de 2027 instituído um modelo dinâmico de resposta à população sénior.	

---

## METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E AÇÃO

---

- (1). Definição da Equipa multidisciplinar responsável pelo Projeto;
  - (2). Formação conjunta dos técnicos para definir procedimentos e o modelo de trabalho;
  - (3). Elaboração de Manual de Apoio para a uniformização do trabalho e procedimentos tendo em conta a natureza dos projetos e procedimentos;
  - (4). Identificação dos idosos, particularmente em situação de isolamento social;
  - (5). Diagnóstico das necessidades, grau de autonomia, interesses e motivações dos idosos com vista à adaptação aos projetos;
  - (6). Promoção de Ações/Fórums com as entidades parceiras, Juntas de Freguesias, IPSS's, GNR envolvendo os idosos com o objetivo de fomentar a participação e implicação em todo o processo;
  - (7). Constituição da parceria de projeto com as Juntas freguesias, IPSS's, GNR, empresas, voluntários e outras instituições locais.
- 

Em complemento às ações integradas no Projeto Âncora acima descrito, o presente PDSA propõe, também, outras iniciativas com vista a promover melhor qualidade de vida à população sénior e pessoas idosas e que a seguir se enumeram.

## FICHA DE AÇÕES - SENIORES E PESSOAS IDOSAS

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e mobilizar)
1	Plano Local para o Envelhecimento Saudável	Elaboração de um documento estratégico que integre todas as dimensões que permita a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população sénior	CMA IPSS 's ACES Baixo Tâmega CHTS Instituto da Segurança Social
2	Eliminação das barreiras arquitetónicas e acesso aos serviços Reforço na fiscalização dos licenciamentos	Esta ação deverá estar integrada no Plano Local para o Envelhecimento Saudável e deverá ser efetuada em articulação com a Divisão do Urbanismo	CMA Juntas de Freguesia IPSS 's Instituto da Segurança Social
3	Respostas/atividades de proximidade	Em articulação com as Juntas de Freguesias e IPSS 's conceber uma agenda semanal de atividades para a população sénior promovendo o envelhecimento ativo, a saúde e bem-estar geral	CMA Juntas de Freguesia IPSS 's ACES Baixo Tâmega
4	Alargamento e complementaridade das respostas e apoios para os/as Cuidadores/as Informais	Desenvolver uma resposta complementar ao Cuidar de Quem Cuida que visa a constituição de uma equipa multidisciplinar de apoio no domicílio	CMA IPSS 's ACES Baixo Tâmega Instituto da Segurança Social
5	Alargamento das respostas convencionadas de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Estrutura Residencial	Aumento da capacidade destes serviços através de candidaturas a fundos de financiamento, tal como sinalizado e fundamentado na Carta Social de Amarante	CMA IPSS 's
6	Respostas de habitação diferenciadoras	Criação de modelos de habitação diferenciados, habitação colaborativa, residências partilhadas ou outros modelos que priorizem a população sénior, tendo em conta as suas especificidades em articulação com Estratégia Local de Habitação	CMA IPSS 's Juntas de Freguesia

## D.2.2. Pessoas com deficiência ou Incapacidade

A inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade é um objetivo estratégico fundamental para qualquer território que visa a coesão social. É fundamental compreender que esta problemática apresenta características e realidades diferenciadas que requerem respostas e apoios distintos.

Na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Amarante teve-se o cuidado de seguir as orientações da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, para o período de 2021- 2025 (ENIPD 2021-2025), com vista a promover a autonomia, participação e autodeterminação das pessoas com deficiência.

O Diagnóstico Social confere que, numa década, 2011-2021, houve um aumento significativo desta população, sendo por isso necessário uma ação concertada em rede, pelos atores locais para a sua referenciação, acompanhamento e inclusão social, para eliminação de qualquer barreira e para a promoção de oportunidades igualitárias.

A situação das pessoas com deficiência institucionalizadas na rede de respostas do município está estabilizada, no entanto no que concerne à sua retaguarda familiar, em muitos casos, apresenta vulnerabilidades desde logo aos níveis económica e profissional, agravadas pela carência económica dos cuidadores e familiares.

Principais problemáticas identificadas no município de Amarante<sup>29</sup>

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

- (1). Solidão e isolamento associados ao estigma e preconceito social;
- (2). Dificuldade no acesso ao mercado de trabalho;
- (3). Dificuldade de acesso a cuidados de saúde;
- (4). Baixas pensões;
- (5). Insuficiência de respostas e apoios sociais;
- (6). Escassez e demora na sua atribuição de produtos de apoio;
- (7). Escassez de respostas ocupacionais, atividades/desporto adaptadas;
- (8). Insuficiência de apoios aos cuidadores/as informais;
- (9). Ao nível das infraestruturas e serviços, a ausência de transportes públicos flexíveis e adaptados;
- (10). A existência e persistência de barreiras arquitetónicas/acessibilidades.

<sup>29</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

## PERFIL DE RISCO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Famílias com baixos capitais económicos e sociais

Realidade encoberta - sonegação das pessoas com deficiência em contexto familiar e na comunidade

Isolamento e falta de acompanhamento dos cuidadores informais e famílias

*Burnout* dos Cuidadores Informais

Dificuldades na inclusão escolar e formação profissional

Dificuldade de acesso ao mercado produtivo e à inclusão profissional

Envelhecimento das pessoas com deficiência proporcionalmente à diminuição da retaguarda familiar

### D.2.2.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

As necessidades de intervenção prioritária passam por um enfoque na criação de um Plano Municipal Amigo da Pessoa com Deficiência e/ou Incapacidade, à semelhança do apresentado para a população sénior, que integre a dimensão das acessibilidades, através da eliminação das barreiras arquitetónicas e o acesso aos serviços, bem como o reforço na fiscalização dos licenciamentos.

Ao nível da prevenção e promoção da saúde, o reforço de atividades desportivas e lúdicas adaptadas.

Em termos de respostas, a constituição de uma equipa multidisciplinar para apoiar as pessoas com deficiência e cuidadores informais no domicílio, complementar aos projetos “Cuidar de Quem Cuida” e “Acompanhar & Reparar”.

Ao nível socioeconómico, reforçar os apoios sociais dirigidos a este grupo vulnerável e diminuir o tempo de deferimento dos mesmos.

Alargamento das respostas/equipamentos de Lar Residencial, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, designadamente outras respostas direcionadas para as necessidades do envelhecimento da população com deficiência, tal como projetado na Carta Social de Amarante.



Conceção de um projeto de intervenção comunitária que vise o combate ao estigma e fomente a inclusão escolar, laboral e social, assim como projetos de integração escolar e projetos que integrem modelos de prática profissional adaptada à pessoa com deficiência ou incapacidade.

## PROMOVER A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE



Problemática Prioritária	Intervenção	Ações prioritárias
<b>Pessoas com Deficiência ou Incapacidade</b>	5.1. Planeamento Integrado	Plano Municipal Amigo da Pessoa com Deficiência e/ou Incapacidade.
	5.2. Mais Acessibilidades para Todos	Eliminação das barreiras arquitetónicas e acesso aos serviços; Reforço na fiscalização dos licenciamentos.
	5.3. Saúde e Bem-Estar	Incremento de atividades desportivas e lúdicas adaptadas.
	5.4. Capacitação da Intervenção	Alargamento e complementaridade das respostas e apoios para os/as Cuidadores/as Informais; Alargamento das respostas Lar Residencial, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão.
	5.5. Intervenção comunitária	Projeto de combate ao estigma social e laboral.

## PROJETO ÂNCORA - + INCLUSÃO

<b>ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS</b>	Projeto Acompanhar & Reparar Cuidar de Quem Cuida Equipa constituída no âmbito do Estatuto do Cuidador Informal
<b>ENTIDADE PROMOTORA</b>	Município de Amarante.
<b>ENTIDADE GESTORA</b>	IPSS 's ACES Baixo Tâmega
<b>ENTIDADES EXECUTORAS</b>	A definir caso a caso de acordo com o planeamento integrado e participado da equipa que integrará este projeto.

## PROJETO ÂNCORA - + INCLUSÃO

**MODELO DE GESTÃO** Equipa de gestão constituída pelas seguintes entidades: CMA, IPSS 's, ACES Baixo Tâmega

**FINANCIAMENTO** Portugal 2030 - Pessoas 2030  
Programa Norte 2030  
Programas nacionais e comunitários: EEA Grants, Interreg, URBACT e outros.

**LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO** O projeto procurará integrar e articular todos os recursos institucionais, serviços e empresas que possam constituir uma oportunidade de proporcionar uma melhoria da qualidade de vida dos/as Cuidadores/as Informais;  
Desenvolver uma resposta complementar ao Cuidar de Quem Cuida que visa a constituição de uma equipa multidisciplinar de apoio no domicílio.

**BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO** O projeto realizará a avaliação contínua dos resultados e impactos alcançados com a definição e identificação das boas práticas inovadoras identificadas;  
O objetivo deste processo será escalar o projeto em todo o município e a outros municípios como modelo de boas práticas, numa visão estratégica comum e abrangente.

## SUSTENTAÇÃO

**Grupo-alvo e potenciais beneficiários**

- (1). Pessoas Cuidadoras Informais (CI);
- (2). CI que necessitem de apoio nas mais diversas áreas: saúde, apoio psicológico; apoio jurídico; apoio no saber como cuidar; apoio para terem tempo para eles/as permitindo momentos de descanso e para cuidados pessoais, saúde e bem-estar físico, mas sobretudo emocional.

**Necessidades**

- (1). Aumento exponencial de CI não reconhecidos com o estatuto correspondente;
- (2). Ausência de apoios essenciais para o seu bem-estar;
- (3). Cansaço extremo – *burnout*;
- (4). Vulnerabilidade económica devido à falta de apoio económico;
- (5). Falta de tempo para o cuidado pessoal.

## OBJETIVOS

## INDICADORES DE AVALIAÇÃO

**Estratégicos**

Até 2026 definido um processo integrado de apoio aos CI

N.º de CI apoiados no âmbito do Projeto

**Específicos**

A partir de 2026 instituído um modelo dinâmico de resposta aos CI

N.º de Cuidadores/as Informais com estatuto  
Taxa de problemas de saúde, especialmente do foro mental nos CI  
N.º de respostas de apoio a CI criadas

---

## PROJETO ÂNCORA - + INCLUSÃO

---

### METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E AÇÃO

---

- (1). Definição da Equipa multidisciplinar responsável pelo Projeto;
  - (2). Constituição da parceria de projeto com a CMA, as IPSS 's e o ACES;
  - (2). Capacitação conjunta dos técnicos para definir procedimentos e o modelo de trabalho;
  - (3). Elaboração de Manual de Apoio para a uniformização do trabalho e procedimentos tendo em conta a natureza do projeto, procedimentos e atividades;
  - (4). Sinalização dos CI, particularmente em situação de vulnerabilidade;
  - (5). Diagnóstico das necessidades emergentes com vista à adaptação do desenho do projeto;
  - (6). Promoção de Ações/Fóruns com as entidades parceiras, CMA, IPSS 's, ACES e os CI com o objetivo de fomentar a participação e implicação em todo o processo.
- 

### PROJETO ESTRUTURANTE - PLANO MUNICIPAL AMIGO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

---

NECESSIDADE	INOVAÇÃO	Seguindo as orientações da "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência" da Organização das Nações Unidas, da qual Portugal foi um dos primeiros signatários, e que serve de base para a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, este projeto tem como objetivo combater as vulnerabilidades a que as Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade (PcDI) de Amarante estão expostas.
	CAPACITAÇÃO	Eliminação das barreiras arquitetónicas e acesso aos serviços; Reforço na fiscalização dos licenciamentos ao edificado; Incremento de atividades desportivas e lúdicas adaptadas; Projeto de combate ao estigma social e laboral; Promoção da vida autónoma ou independente.
	INOVAÇÃO	Estrutura multidimensional onde todos aqueles que interajam com as PcDI estejam empenhados em solucionar os problemas do público-alvo, tendo como objetivo a convergência e serviços, ações e respostas sociais nesta problemática.
OBJETIVOS	ESTRATÉGICOS	Até final de 2028 o município de Amarante é reconhecido como "município de sucesso na garantia dos direitos das PcDI", tal como definido na Convenção das Nações Unidas.
	ESPECÍFICOS	Até final de 2028 Amarante tem de ser reconhecida como um território com boas práticas na promoção do bem-estar das PcDI. Ao nível da inclusão social, no direito ao trabalho, no combate à discriminação e uma cidade acessível.
COMPONENTES CHAVE DA INTERVENÇÃO		<ol style="list-style-type: none"><li>(1). Montagem técnico-institucional do plano;</li><li>(2). Serviços e atividades de apoio às PcDI na área das competências, da formação, ação e informação;</li><li>(3). Atividades e serviços de apoio à inclusão total das PcDI;</li><li>(4). Serviços especializados para a inclusão das PcDI no mercado de trabalho;</li><li>(5). Serviços especializados de apoio e acompanhamento psicológico e de apoio a intervenção na saúde (geral, mental, oral) das PcDI;</li></ol>

---

**PROJETO ESTRUTURANTE - PLANO MUNICIPAL AMIGO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE**

- (6). Atividades desportivas adaptadas;
- (7). Atividades de promoção da participação da comunidade escolar e da cidadania ativa;
- (8). Eliminação de todas as barreiras arquitetónicas;
- (9). Vida independente das PcDI.

**GRUPO-ALVO**

Todas as Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade do município de Amarante.

**Entidade Promotora**

Município de Amarante.

**PROMOÇÃO E GOVERNAÇÃO**

**Entidades Parceiras**

Cercimarante  
 ACES Baixo Tâmega  
 IEFP  
 IPSS 's  
 Juntas de Freguesia  
 Escolas (Agrupadas e não Agrupadas)  
 Associação Salvador  
 Associações Desportivas e Recreativas  
 Outras entidades a referenciar.

**HORIZONTE TEMPORAL**

**Data de Inicio**  
 2024

**Data de Término**  
 2028

**AVALIAÇÃO DE IMPACTO**

- (1). Nível de competências sociais e pessoais adquiridas nas PcDI alvo de intervenção;
- (2). N.º de intervenções geradas no âmbito do funcionamento do centro de recursos para a inclusão no mercado de trabalho;
- (3). Grau, risco e perigo nas sinalizações dos serviços para PcDI;
- (4). Grau de resolução de problemas sociais identificados nas PcDI;
- (5). Taxa de indivíduos a ter uma vida independente;
- (6). N.º de intervenções na eliminação das barreiras arquitetónicas na cidade não só em todos os serviços públicos, mas também em todos os serviços privados (comércio e indústria) abertos ao público;
- (7). N.º de PcDI a praticarem um desporto adaptado.

**RESULTADOS ESPERADOS**

- (1). Recursos e serviços especializados no acompanhamento das PcDI;
- (2). Maior inclusão das PcDI no mercado de trabalho;
- (3). Maior participação das PcDI nos atos de cidadania;
- (4). Mais PcDI a integrados numa profissão;
- (5). Maior aceitação e tolerância da sociedade para com as PcDI;
- (6). Um n.º maior de desportistas com deficiência e/ou com incapacidade.

**RECURSOS A MOBILIZAR**

- (1). Projetos ou ações que já estão a ser implementados
- (2). Medidas de política social local
- (3). Portugal 2030 – Pessoas 2030
- (4). Programa Norte 2030
- (5). Programas nacionais e comunitários: EEA Grants, Interreg, URBACT e outros.

## FICHA DE AÇÕES - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Plano Municipal Amigo da Pessoa com Deficiência e/ou Incapacidade.	Elaboração de um documento específico direcionado para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade que integre todas as dimensões que permitam a sua inclusão socioeconómica.	CMA Cercimarante ACES Baixo Tâmega IPSS 's Juntas de Freguesia Outras entidades a referenciar
2	Eliminação das barreiras arquitetónicas e acesso aos serviços; Reforço na fiscalização dos licenciamentos.	Esta ação deverá estar integrada no Plano Municipal Amigo da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade, tal como no Plano Municipal do Envelhecimento Saudável e será efetuada em articulação com a Divisão do Urbanismo.	CMA Juntas de Freguesia IPSS 's Escolas (Agrupadas e não Agrupadas) Associação Salvador Outras entidades públicas e privadas
3	Incremento de atividades desportivas e lúdicas adaptadas.	Desenvolver acordos de colaboração com as Associações Desportivas e Recreativas para o desenvolvimento de desporto e atividades adaptadas.	CMA Cercimarante Juntas de Freguesias Associações Desportivas e Recreativas
4	Alargamento e complementaridade das respostas e apoios para os/as Cuidadores/as Informais.	Desenvolver uma resposta complementar ao Cuidar de Quem Cuida que visa a constituição de uma equipa multidisciplinar de apoio no domicílio.	CMA IPSS 's ACES Baixo Tâmega
5	Alargamento e complementaridade das respostas e apoios para os/as Cuidadores/as Informais Alargamento das respostas Lar Residencial, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão.	Candidaturas a fundos de financiamento fundamentadas na Carta Social de Amarante	CMA Cercimarante IPSS 's

### D.2.3. Migrantes e Refugiados

Portugal tem assistido a um aumento da população migrante e Amarante não é exceção, à sua escala e dimensão. Acresce o acolhimento dos refugiados, que confere a necessidade de haver uma resposta estruturada e formal no município que permita acolher e acompanhar de forma eficiente e eficaz esta população em situação de vulnerabilidade, uma vez que estão particularmente sujeitos a constrangimentos estruturais, sociais, económicos e culturais.

Principais problemáticas identificadas no município de Amarante<sup>30</sup>

#### MIGRANTES E REFUGIADOS

- (1). Dificuldade no apoio e aconselhamento jurídico e consequentemente sociais, para assegurar as condições de sucesso no processo de acolhimento e integração dos migrantes e refugiados;
- (2). A nível jurídico, dificuldades no processo de legalização (acesso ao SEF<sup>31</sup> e orientação jurídica);
- (3). Obstáculos nos direitos de acesso aos serviços saúde, educação, segurança social, emprego, entre outros de carácter fundamental;
- (4). Desenraizamento social, cultural, barreiras linguísticas/idiomas;
- (5). Dificuldade em comprovar as suas habilitações académicas, ou obterem reconhecimento e equivalência das mesmas;
- (6). Desemprego ou emprego precário e/ou exploração laboral;
- (7). Estigma/preconceito social e discriminação associado a determinadas nacionalidades;
- (8). Dificuldades económicas;
- (9). Dificuldade no acesso à habitação/sobrelotação habitacional.

#### PERFIL DE RISCO – MIGRANTES E REFUGIADOS

Entrada do país com visto de turismo, permanecendo posteriormente em condição ilegal

Ausência de contrato de trabalho, sem documentos que permitam efetivar o pedido da manifestação de interesse para autorização de residência, fundamental para poder requerer o acesso aos apoios sociais, saúde, educação, emprego e outros

Famílias numerosas, dificultando o seu processo de inserção social, sem rendimentos ou a efetuar trabalhos precários e de forma ilegal

<sup>30</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

<sup>31</sup> SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteira, extinto em outubro de 2023 e cujas competências ficaram a cargo de diferentes entidades.

## PERFIL DE RISCO – MIGRANTES E REFUGIADOS

Ausência ou baixos rendimentos

Ausência de habitação ou em habitação sobrelotada

Ausência de documentos a comprovar as habilitações académicas e profissionais

Desconhecimento da língua do país de acolhimento

### D.2.3.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

As necessidades de intervenção propostas para os Migrantes e Refugiados passam pela formalização de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) a nível municipal ou supramunicipal. Esta estrutura tem o objetivo de apoiar todo o processo de acolhimento e integração de pessoas migrantes, articulando com as diversas entidades locais, e promovendo a interculturalidade a nível local.

Com o objetivo da sua inserção social e económica, é proposto a criação de programas de formação na língua portuguesa, potenciando também a empregabilidade dos migrantes e refugiados e a definição de projetos de inclusão social de base comunitária.

Garantia do acesso das famílias, em especial das crianças e jovens, independentemente da sua situação legal de permanência em Portugal, às prestações sociais.

Promover uma ação concertada para o acolhimento e inclusão dos migrantes nos diversos domínios social, educação, saúde, emprego, jurídico, nomeadamente sob a orientação de um guia de procedimentos.

O apoio e aconselhamento social e jurídico são cruciais para assegurar as condições de sucesso no processo de acolhimento e integração dos migrantes e refugiados.

**PROMOVER O ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS**



**Problemática  
Prioritária**

**Intervenção**

**Ações prioritárias**

---

**Migrantes e  
Refugiados**

6.1. Acolhimento e inclusão  
Integrado

Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes a nível municipal ou supramunicipal -CLAIM;  
Programas de ensino da língua portuguesa;  
Garantia do acesso das famílias, em especial das crianças e jovens, independentemente da sua situação legal de permanência em Portugal, às prestações sociais.

---



### FICHA DE AÇÕES - MIGRANTES E REFUGIADOS

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes a nível municipal ou supramunicipal -CLAIM.	Formalização da criação um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes a nível municipal ou supramunicipal.	CMA CIM-TS CNAIM <sup>32</sup> AIMA <sup>33</sup>
2	Programas de ensino da língua portuguesa.	Estabelecimento de acordo de colaboração com escolas e universidades.	CMA IEFP Instituto da Segurança Social
3	Garantia do acesso das famílias, em especial das crianças e jovens, independentemente da sua situação legal de permanência em Portugal, às prestações sociais.	Articulação com o Núcleo Nacional de Garantia para a Infância e o Instituto da Segurança Social.	Núcleo Nacional de Garantia para a Infância Instituto da Segurança Social SAAS
4	Projetos de inclusão comunitários	Conceção de projetos de integração social e cultural	CMA Escolas IPSS's Juntas de Freguesia

<sup>32</sup> CNAIM – Centro nacional de Apoio à Integração de Migrantes.

<sup>33</sup> AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo que assume atualmente parte das obrigações anteriormente detidas pelo agora extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

## D.3. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

### D.3.1. Dependências

O consumo de substâncias (ilícitas ou não) e a prática de ações repetitivas e prejudiciais ao indivíduo, os chamados “comportamentos aditivos e a dependência”, têm consequências nefastas na pessoa que consome não só em termos de saúde física, mas também ao nível da saúde mental. Essas consequências, além da pessoa dependente do consumo, também pode influenciar a vida daqueles que a rodeiam, acabando por levar a repercussões para a sociedade em geral.

O consumo de substâncias, já há muitos anos que vem sendo estudado e intervencionado, mas recentemente tem vindo a dar-se também atenção a outros comportamentos aditivos que provocam disrupção no indivíduo, como por exemplo o jogo.

Principais problemáticas identificadas no município de Amarante<sup>34</sup>

#### DEPENDÊNCIAS

- (1). Desestruturação pessoal e familiar (divórcio, separação, desemprego, problemas económicos, pressão social, acontecimentos traumáticos);
- (2). Problemas de saúde, nomeadamente mentais, associado aos consumos;
- (3). Economia e gestão familiar:
  - a. Baixos rendimentos;
  - b. Dificuldade de vinculação profissional.
- (4). Qualidade da intervenção e capacitação:
  - a. Insuficiência de respostas para tratamento (dependências álcool, drogas);
  - b. Inexistência de respostas ao nível da prevenção indicada;<sup>35</sup>
  - c. Escassez e descontinuidade de projetos que visam a prevenção;
  - d. A intervenção é segmentada e as equipas estão sobrecarregadas, havendo pouca qualidade na intervenção.

### PERFIL DE RISCO - DEPENDÊNCIAS

Indivíduos com consumo de substâncias (predominantemente o álcool, seguido da heroína)

Jovens com comportamentos problemáticos

<sup>34</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

<sup>35</sup> a. Prevenção Indicada dirige-se a indivíduos com comportamentos de risco, que exibem sinais de uso de substâncias psicoativas ou que apresentam outros comportamentos de risco ou problemáticos de dimensão subclínica. É avaliado o nível de risco individual.

## PERFIL DE RISCO - DEPENDÊNCIAS

Maioritariamente membros de famílias desestruturadas, divórcio, separação, desemprego, problemas económicos, pressão social, acontecimentos traumáticos

Em situação de desmotivação e ausência de projetos de vida

Vítimas de violência doméstica e abusos múltiplos

Os homens são o género mais representados entre os "Dependentes"

A maioria dos Dependentes têm apenas o 1.º, 2.º e 3.º CEB, com maior incidência para os dois primeiros ciclos. A baixa escolarização constitui um fator de risco acrescido de vulnerabilidade

A maioria dos casos está em situação de desemprego há mais de um ano ou são pensionistas por invalidez

Destaque para as pessoas que apesar do consumo de substâncias, conseguem ter trabalho estável/regular, o que mostra que apesar dos comportamentos aditivos essas pessoas conseguem manter as suas responsabilidades profissionais

### D.3.1.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

Por haver uma baixa taxa de incidência desta problemática (0.22%), Amarante não tem uma resposta própria para responder a este problema. A alternativa encontrada foi o estabelecimento de um protocolo com o Centro de Respostas Integradas do Porto Central (CRI do Porto Central) que permite aos munícipes que necessitem de uma intervenção para os seus comportamentos aditivos terem acesso a uma consulta descentralizada.

No entanto, o aumento que se verificou de pessoas que utilizaram este serviço entre 2020 e 2022 (mais 108), poderá indiciar que seja necessário um alargamento do serviço e torná-lo mais frequente, aumentando não só a equipa afeta ao mesmo, mas também o tempo de consulta disponível para os utentes atuais e futuros.

Apesar da consulta descentralizada desempenhar o seu papel face à baixa taxa de incidência existente, haver uma equipa a tempo inteiro e de proximidade só especializada na área das dependências iria dar uma resposta mais eficaz a todos os níveis, nomeadamente na prevenção.

Focando no contexto escolar, existe a necessidade de capacitar técnicos e docentes, das diversas escolas do município, com o objetivo de prevenção dos comportamentos aditivos e dependências da comunidade escolar, complementando estas ações com a criação de consultas para jovens, com

intervenção específica para as adições mais frequentes nestas faixas etárias (jogo, haxixe e metanfetaminas), mas também numa lógica preventiva.

## PROMOVER A PREVENÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DA DIMINUIÇÃO DE COMPORTAMENTOS ADITIVOS



<b>Problemática Prioritária</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Ações prioritárias</b>
	7.1. Intervenção Comunitária Preventiva	Projetos de prevenção através de atividades diversificadas (desportivas, artísticas e lazer).
<b>Dependências</b>	7.2. Capacitação da intervenção	Capacitação de técnicos e docentes na área da prevenção; Alargamento da equipa, e do tempo afeto à consulta descentralizada; Resposta de Consulta de jovens ao nível da prevenção indicada; Equipa de proximidade/comunitária.

## FICHA DE AÇÕES - DEPENDÊNCIAS

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Capacitação de técnicos e docentes na área da prevenção.	Capacitar o pessoal docente e não docente para que consigam sinalizar de forma mais célere e eficaz eventuais casos suspeitos.	CRI do Porto Central Agrupamentos de Escolas e escolas não agrupadas Centros de Formação CHTS CMA
2	Alargamento da equipa, e do tempo afeto à consulta descentralizada.	Aumentar os recursos humanos da equipa de consulta descentralizada.	CRI do Porto Central
3	Resposta de Consulta de jovens ao nível da prevenção indicada.	Resposta rápida e assertiva junto deste grupo, logo que haja indícios de comportamentos suspeitos	Agrupamentos de Escolas e escolas não agrupadas Centros de Formação ACES - Baixo Tâmega CMA
4	Equipa de proximidade/comunitária.	O objetivo passa por ter uma resposta mais rápida e eficiente junto da população.	ACES - Baixo Tâmega CMA Instituto da Segurança Social CHTS IPSS SICAD <sup>36</sup>
5	Projetos de prevenção através de atividades diversificadas (desportivas, artísticas e lazer).	Integração dos jovens em atividades que promovam hábitos de vida saudáveis de acordo com as suas áreas de interesse, estabelecendo parcerias com as associações desportivas recreativas, ambientais, apoios aos animais, ou outras). Campanhas de sensibilização junto da comunidade escolar de forma a alertar para os perigos dos comportamentos	CRI do Porto Central Agrupamentos de Escolas e escolas não agrupadas Centros de Formação CHTS CMA IPSS

<sup>36</sup> SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

---

### FICHA DE AÇÕES - DEPENDÊNCIAS

---

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
		aditivos. Incentivo à prática de atividades diversificadas. Apoio psicológico para casos sinalizados.	

---

### D.3.2. Saúde Mental

Na área da saúde, as questões de saúde mental, embora prioritárias, sempre foram as de maior dificuldade de concertação e valorização. No entanto, nos últimos anos esta temática tem vindo a ganhar uma maior atenção, principalmente após a pandemia provocada pelo SARS-COV-2.

Contudo, e apesar dessa especial atenção dada nos últimos anos, continua a ser uma área da saúde à qual se dá baixa prioridade, mesmo pelas próprias entidades competentes, evidência disso é a escassez de dados informativos sobre a problemática. Isto mesmo com os constantes alertas por parte da Organização Mundial da Saúde que considera a saúde mental como um problema sério e que requer uma resposta consistente.

Principais problemáticas identificadas no município de Amarante<sup>37</sup>

SAÚDE MENTAL

- (1). Desestruturação pessoal e familiar (divórcio, separação, desemprego, problemas económicos, pressão social, acontecimentos traumáticos);
- (2). Decorrentes do processo de envelhecimento ou de foro genético;
- (3). Patologias de saúde mental associadas a estilos de vida, como o consumo de substâncias aditivas;
- (4). Desemprego, especialmente o de longa duração;
- (5). Baixos rendimentos.
- (6). Ausência de uma resposta, circuito de intervenção concertado e estruturado entre os serviços especializados de saúde e os serviços sociais;
- (7). Escassez de respostas/atividades de proximidade na área da prevenção.

#### PERFIL DE RISCO – SAÚDE MENTAL

Abrange toda a população crianças, jovens, adultos e idosos, muitas vezes com problemas socioeconómicos, psicológicos e emocionais

Por vezes, vítimas de abusos ou negligência

Decorrentes do processo de envelhecimento ou de foro genético

<sup>37</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

### D.3.2.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

Os problemas de foro mental constituem uma problemática praticamente transversal a todas as faixas etárias. Assim, no município de Amarante a questão da saúde mental tem recebido cada vez mais atenção, desde logo pela disponibilização de serviços municipais direcionados a esta problemática. Complementando o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, este por abranger um vasto território, não consegue dar uma resposta adequada e a toda a população da região.

Em termos de respostas para esta área, Amarante disponibiliza a “Resposta de Apoio Psicológica a Adultos” que tal como indica se dedica à população adulta; o “Gabinete 100 Porquês” destinado a crianças e jovens; e os serviços “Cuidar de Quem Cuida” dedicado aos cuidadores informais, e os “Acompanhar & Reparar” e “Aproximidade” para a população sénior.

No entanto, devido ao aumento exponencial que se tem vindo a registar, nos últimos anos, do número de pessoas a pedirem ajuda nesta área, é necessário ir ainda mais longe.

## PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL E REDUÇÃO DO IMPACTO DAS PERTURBAÇÕES MENTAIS



Problemática Prioritária	Intervenção	Ações prioritárias
Saúde Mental	8.1. Capacitação da Intervenção	Reforço da equipa do Resposta de Apoio Psicológico Equipas de apoio no domicílio Setorização dos cuidados e sua descentralização.
	8.2. Intervenção Comunitária Preventiva	Respostas comunitárias de prevenção (trabalho comunitário).



## FICHA DE AÇÕES - SAÚDE MENTAL

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Reforço da equipa do Resposta de Apoio Psicológico	Tendo em conta o aumento de pedidos de ajuda de pessoas com problemas de saúde mental, é essencial o reforço dos serviços existentes.	CHTS - Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental ACES - Baixo Tâmega CMA Gabinetes psicoeducativos
2	Equipas de apoio no domicílio	O apoio no domicílio tem um impacto significativo sobretudo na ajuda que pode prestar aos Cuidadores Informais, mas também em casos de saúde mental severa onde o cuidar pode ser mais problemático.	Instituto da Segurança Social CHTS ACES - Baixo Tâmega IPSS 's CMA
3	Setorização dos cuidados e sua descentralização	Na saúde mental, tal como nas restantes áreas da saúde, cada caso tem as suas especificidades, pelo que devem ser tratados de forma diferente consoante o tipo e nível da doença do utente. A descentralização, por sua vez, poderá ser fundamental na ótica de aproximação dos utentes aos serviços que atualmente têm que se deslocar para locais que ficam longe da sua residência. Tornando assim a resposta a este nível mais célere e eficiente.	Instituto da Segurança Social SNS <sup>38</sup> CHTS ACES - Baixo Tâmega CMA Gabinetes psicoeducativos
4	Respostas comunitárias de prevenção (trabalho comunitário).	Uma das formas mais eficazes de reduzir o número de doentes ligados à saúde é através da prevenção. Sabendo que muitos dos casos de saúde mental surgem pelos comportamentos do quotidiano ou devido ao isolamento (sobretudo nos seniores), é essencial criar condições para que, por um lado, se evite comportamentos prejudiciais e por outro que mantenham as pessoas ativas.	Resposta de Apoio Psicológico (RAP) Gabinetes psicoeducativos IPSS 's CMA

<sup>38</sup> SNS – Sistema Nacional de Saúde

### D.3.3. Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

Este é um fenómeno com pouca expressão no município de Amarante, mas em crescimento. Apesar dessa pouca expressividade, esta é uma área que não deve ser menosprezada, principalmente porque está frequentemente associada a outras problemáticas.

Trata-se de um problema mundial, do qual Portugal não escapa. É um problema social que requer uma intervenção concertada e planeada que permita, ex-ante, prevenir as situações que possam levar uma pessoa a encontrar-se em condição de sem-abrigo e, ex-post, em caso de a pessoa se encontrar em situação de sem-abrigo serem claros os canais de intervenção entre os vários atores sociais com responsabilidade de atuação neste domínio.

Principais problemáticas identificadas no município de Amarante<sup>39</sup>

#### PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

- (1). Separação/Divórcio;
- (2). Desestruturação familiar/individual;
- (3). Insuficiência económica;
- (4). Violência doméstica;
- (5). Ausência de retaguarda;
- (6). Problemas de saúde mental;
- (7). Consumo de substâncias aditivas/dependências;
- (8). Baixos níveis de escolaridade;
- (9). Desemprego;
- (10). Emprego precário;
- (11). Em situação de sem casa ou sem teto;
- (12). A intervenção é segmentada e as equipas estão sobrecarregadas, havendo pouca qualidade na intervenção.

#### PERFIL DE RISCO - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

A maioria é do sexo masculino, com maior incidência na população adulta entre 45-64 anos, divorciada ou separada, sem escolaridade ou com baixa escolaridade, com problemas cumulativos ao nível das dependências de substâncias aditivas, saúde mental, desestruturação e desvinculação familiar.

<sup>39</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

### D.3.3.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2017-2023 congrega três objetivos estratégicos:

- 1) A promoção do conhecimento do fenómeno das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, informação, sensibilização e educação;
- 2) Reforço de uma intervenção promotora da integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo;
- 3) A coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA 2017-2023. Este modelo de intervenção definido, assenta numa premissa de rentabilização de recursos humanos e financeiros, bem como na necessidade de evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção ao nível da prevenção das situações de sem-abrigo e do acompanhamento junto dos utentes, centrando-se no indivíduo, na família e na comunidade.

A Pessoa em Situação de Sem-Abrigo é aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem casa e sem teto.

Apesar de Amarante não ter um Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), tem participado em múltiplas ações e solicitações por parte da equipa da ENIPSSA, por forma a convergir com os objetivos dos seus respetivos Planos de Ação, designadamente na promoção da utilização de um conceito único de “pessoa em situação de sem-abrigo”, na monitorização e avaliação do fenómeno, através do preenchimento do Inquérito Caracterização Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e participação dos encontros nacionais e regionais realizados pela ENIPSSA.

#### PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO



Problemática Prioritária	Intervenção	Ações prioritárias
Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	9.1. Rede de respostas local	Resposta de emergência social
	9.2 Capacitação da intervenção	Intervenção sistémica de acordo com as situações-problema

## FICHA DE AÇÕES - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Resposta de emergência social	Criação de respostas adaptadas às necessidades deste grupo, ao nível do apoio social, alimentação, reabilitação profissional, formação profissional e escolar (aumento do nível de escolaridade), apoio monetário, higiene pessoal, habitação, saúde.	SAAS FMES <sup>40</sup> ; RAC <sup>41</sup> POAPMC <sup>42</sup> Cantina Social Instituto da Segurança Social IEFP Escolas ACES - Baixo Tâmega CHTS CMA GNR
2	Intervenção sistémica de acordo com as situações-problema	Resposta articulada e horizontal de forma contínua e adaptada às necessidades de cada pessoa em situação de sem-abrigo.	SAAS FMES RAC POAPMC Cantina Social Segurança Social IPSS CMA GNR

<sup>40</sup> FMES - Fundo Municipal de Emergência Social

<sup>41</sup> RAC - Resposta de Apoio à Comunidade

<sup>42</sup> POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

## D.4. EXCLUSÃO ESTRUTURAL

### D.4.1. Desemprego e Desemprego de Longa Duração

O desemprego devido ao seu valor preditivo, não só ao nível do crescimento económico e estabilidade social, mas também pela sua influência nas condições de vida de cada pessoa é uma problemática prioritária de intervenção.

Se por um lado o emprego pode constituir um fator protetor de vários problemas sociais, o desemprego tem o efeito inverso, criando vulnerabilidades acrescidas na sociedade.

Principais problemáticas identificadas no município de Amarante<sup>43</sup>

DESEMPREGO E NO DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

- (1). Incidência superior nas mulheres;
- (2). Dificuldades na conciliação com a vida familiar;
- (3). Condições mais favoráveis a curto prazo enquanto desempregados do que empregados (economia paralela);
- (4). Dificuldade de inclusão profissional de pessoas com deficiência ou incapacidade;
- (5). Incidência nas pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificações;
- (6). Baixo domínio da população desempregada de outras línguas (inglês, essencialmente);
- (7). Dificuldades com as linhas de transporte públicos existentes (que são poucas e com frequência de horário muito espaçada);
- (8). Incidência nas pessoas com Idades superiores a 40/45 anos;
- (9). Desigualdades de género nas profissões e acesso ao mercado trabalho.

### PERFIL DE RISCO - DESEMPREGO E NO DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

Mulheres com idade superior a 40/45 anos

Beneficiários de subsídios/RSI<sup>44</sup>

Famílias Monoparentais (especialmente femininas)

<sup>43</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

<sup>44</sup> RSI – Rendimento Social de Inserção

## PERFIL DE RISCO - DESEMPREGO E NO DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

Mulheres com percurso profissional num único tipo de trabalho, normalmente indiferenciado (fábricas têxteis/calçado, limpeza de casas particulares) ou sem requalificação laboral recente.

Pessoas com deficiência ou incapacidade

Níveis de escolaridade muito baixos

Cuidadoras informais de filhos ou outros familiares

### D.4.1.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

A problemática do desemprego é, acima de tudo, de ordem estrutural, afetando sobretudo as mulheres, que têm dificuldade em conciliar a vida familiar com a vida profissional pelos papéis de género desequilibrados ainda vigentes, o que dificulta a sua integração no mercado de trabalho, sendo por isso necessário promover respostas e serviços que possam fomentar a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

A promoção e incremento de respostas de visam aumentar as habilitações literárias e as qualificações das pessoas desempregadas ao nível dos domínios das línguas e das competências tecnológicas e digitais.

A reconversão profissional em concertação com as necessidades do mercado produtivo e a promoção de respostas que visam a orientação profissional, o desenvolvimento pessoal e profissional.

É essencial, ainda, apostar no reforço da rede de transportes públicos com horários adequados às necessidades do mercado produtivo.

O trabalho não declarado (precaridade laboral) e a economia paralela, são duas problemáticas ligadas à economia e ao desemprego que requerem especial atenção, pois são um obstáculo à estabilidade futura e garante dos direitos sociais da população, contribuindo para a sua acrescida vulnerabilidade social.

Finalmente, as pessoas com deficiência ou incapacidade, apesar dos apoios existentes para a sua integração no mercado de trabalho, existe, ainda, o preconceito social da comunidade e das empresas pelo que será necessário criar mecanismos que permitam desmistificar e combater o preconceito e garantir a sua integração e estabilidade profissional, salvaguardando assim

melhores condições de vida para estas pessoas e uma maior realização pessoal que se traduz num maior bem-estar.

## PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO



Problemática Prioritária	Intervenção	Ações prioritárias
<b>Desemprego e Desemprego de Longa Duração</b>	10.1. Empregabilidade para desempregados e desempregados de longa duração	Incubadora Social para fomentar a empregabilidade. Programas de <i>coaching</i> com mentoria profissional.
	10.2. Empregabilidade para pessoas com deficiência	Mobilização dos empresários para a empregabilidade inclusiva  Reconversão profissional adaptadas ao mercado produtivo: turismo, restauração e indústria.
	10.3. Qualificações para o Mercado produtivo	Manual de Boas Práticas para a restauração/hotelaria. Campanhas de sensibilização para profissões desvalorizadas: eletricitas, canalizadores, mecânicos, construção civil, outras

### PROJETO INOVADOR - TECH DIVERSITY

<b>NECESSIDADE</b>	<b>INOVAÇÃO</b>	Iniciativa integrada na rede URBACT que envolve várias cidades de médio e pequeno porte da União Europeia, bem como um departamento universitário. Visa abordar a falta de diversidade em comunidades relacionadas à tecnologia e ao setor digital.
	<b>CAPACITAÇÃO</b>	Tem como foco desenvolver talento tecnológico, promover o empreendedorismo tecnológico, compreender a diversidade e a inclusão, reconhecendo a importância da diversidade para a inovação, bem como os benefícios económicos e sociais que esta inclusão pode trazer.
<b>OBJETIVOS</b>	<b>INOVAÇÃO</b>	Estrutura multidimensional onde todos aqueles que lidem com estes grupos sub-representados estejam empenhados em solucionar os problemas da literacia digital do público-alvo, tendo como objetivo a sua inclusão numa economia cada vez mais digital e com maior presença dos grupos sub-representados nas indústrias tecnológicas instaladas nas cidades em crescimento.
	<b>ESTRATÉGICOS</b>	Até final de 2028 o município de Amarante, a par das suas cidades parceiras europeias, terá de ser reconhecido como "município de sucesso na inclusão dos grupos vulneráveis, numa economia cada vez mais digital e tecnológica."

## PROJETO INOVADOR - TECH DIVERSITY

<b>ESPECÍFICOS</b>	Até final de 2028 Amarante tem de ser reconhecido como um município com boas práticas na promoção da inclusão de todos na economia digital. Aumentando a representação, em termos de emprego, dos grupos socioeconómicos vulneráveis na economia digital e tecnológica.	
<b>COMPONENTES CHAVE DA INTERVENÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>(11). Alinhamento estratégico entre as cidades envolvidas no projeto;</li> <li>(12). Alinhamento do projeto com a política urbana da União Europeia para o período 2021-2027;</li> <li>(13). Desenvolvimento sustentável;</li> <li>(14). Inclusão Social;</li> <li>(15). Crescimento económico;</li> <li>(16). Inovação e criação de cidades mais ligadas e próximas aos seus cidadãos;</li> <li>(17). Abordar questões específicas de cada cidade envolvida.</li> </ul>	
<b>GRUPO-ALVO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>(4). Mulheres;</li> <li>(5). Pessoas de minorias étnicas;</li> <li>(6). Migrantes;</li> <li>(7). Idosos;</li> <li>(8). Pessoas em situação socioeconómicas vulneráveis.</li> </ul>	
<b>PROMOÇÃO E GOVERNAÇÃO</b>	<b>Entidade Promotora</b>	Município de Amarante.
	<b>Entidades Parceiras</b>	<p><i>Entidades parceiras Internacionais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Município de Arezzo (Itália)</li> <li>Agência de Desenvolvimento Regional Bielsko Biala (Polónia)</li> <li>E-Trikala (Grécia) – Cidade Líder</li> <li>Município de Lanarka (Chipre)</li> <li>Universidade Nacional Kapodistriani de Atenas (Grécia)</li> </ul> <p><i>Entidades Parceiras Locais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cenfim</li> <li>IET – Instituto Empresarial do Tâmega</li> <li>EPALC</li> <li>ESTG – IPP</li> </ul> <p><i>Empresas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Basicamente, Minsait, Emergent</li> <li>Question, I Grupo Nibelis</li> </ul>
<b>HORIZONTE TEMPORAL</b>	<b>Data de Inicio</b> 2021	<b>Data de Término</b> 2026



---

## PROJETO INOVADOR - TECH DIVERSITY

---

<b>AVALIAÇÃO DE IMPACTO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>(4). Número de pessoas abrangidas;</li><li>(5). Sucesso na inclusão digital dessas pessoas;</li><li>(6). Aumento da taxa de emprego no mercado de trabalho tecnológico e digital;</li><li>(7). Taxa de aproximação da relação entre as cidades e os seus cidadãos.</li></ul>
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>(5). Inclusão dos grupos vulneráveis no mercado de trabalho;</li><li>(6). Aumento da literacia digital destes grupos de pessoas;</li><li>(7). Apetrechar as empresas digitais e tecnológicas de Recursos Humanos qualificados;</li><li>(8). Ligação mais forte entre a cidade e os seus cidadãos;</li><li>(9). Colaboração dinâmica entre cidades para a construção de comunidades digitais mais inclusivas e diversificadas.</li></ul>
<b>RECURSOS A MOBILIZAR</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>(6). Programa URBACT IV;</li><li>(7). Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (ERDF).</li></ul>

---

## FICHA DE AÇÕES - DESEMPREGO E DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Incubadora Social para fomentar a empregabilidade	É um espaço comum que permite a cocriação de soluções e propostas de projetos empreendedores adequadas às reais necessidades do território, mas também que permite o reconhecimento e desenvolvimento de competências, potenciar a criação de tecnologias sociais por meio da inovação, e integração dos grupos vulneráveis através de suas inserções no mercado produtivo.	IET <sup>45</sup> - Jump Box Associações Empresariais de Amarante e de Vila Meã IEFP Dolmen Entidades de formação Entidades de consultoria
2	Programas de <i>coaching</i> com mentoria profissional	Desenvolvimento pessoal e profissional orientada para a ação que tem como objetivo apoiar o indivíduo no aperfeiçoamento e superação pessoal e profissional, permitindo a maximização do seu potencial através da otimização de seus próprios recursos com vista à sua inserção no mercado produtivo	Entidades formadoras <i>Coachers</i> profissionais
3	Mobilização dos empresários para a empregabilidade inclusiva	Campanhas de sensibilização para os empresários apostarem na empregabilidade inclusiva respeitando não só a legislação nacional, as normas europeias, a convenção sobre os direitos das PcD da ONU, mas também aproveitar os benefícios existentes. Consciencialização dos empregadores a manterem o vínculo profissional com as PcD após o término das medidas de apoio, permitindo a inclusão social e estabilidade deste grupo social vulnerável.	IEFP Cercimarante Associações Empresariais de Amarante e de Vila Meã
4	Reconversão profissional adaptada ao mercado produtivo: turismo, restauração e indústria.	Promoção e reforço de programas de reconversão profissional, de acordo com as necessidades do mercado produtivo, tendo em conta as profissões socialmente desvalorizadas e também a transição tecnológica e digital que molda o mercado de trabalho.	IEFP Entidades formadoras Escolas com cursos profissionais Empresas do ramo CMA

<sup>45</sup> IET – Instituto Empresarial do Tâmega

## FICHA DE AÇÕES - DESEMPREGO E DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
5	Manual de Boas Práticas para a restauração/hotelaria.	Capacitar as empresas de turismo para o acolhimento e atendimento aos clientes nacionais e internacionais através de um guia de boas práticas.	Entidades formadoras Associações Empresariais de Amarante e de Vila Meã Instituições de ensino superior com o curso de hotelaria Entidades de consultadoria CMA
6	Campanhas de sensibilização para profissões desvalorizadas: eletricitas, canalizadores, mecânicos, construção civil	Campanhas de sensibilização para a importância das profissões onde a mão de obra é escassa ou quase inexistente e desvalorizada socialmente, junto da população desempregada e nas escolas.	Entidades formadoras Associações Empresariais de Amarante e de Vila Meã CMA

#### D.4.2. Jovens NEET

Os jovens NEET (jovens NEET até aos 30 anos– não estudam, não trabalham e não estão a frequentar formação profissional), caracterizam-se por terem um percurso escolar irregular e sem perspectivas ou propósito de vida; desinteressados com a formação escolar que possuem; estão desmotivados para procurar ajuda e evidenciam uma ausência de objetivos para a vida profissional.

Existe uma dificuldade em sinalizar estes jovens, pela inexistência de um diagnóstico que permita compreender melhor esta realidade e pela lacuna na articulação entre as escolas e as entidades que operam ao nível da empregabilidade. Há ainda a falta de diagnóstico para a área vocacional destes jovens e a falta de apoio/accompanhamento após conclusão escolar.

Estes jovens são mais propensos à dependência do mundo digital e possuem competências desajustadas às ofertas de emprego existentes.

Principais problemáticas  
identificadas no município de  
Amarante<sup>46</sup>

JOVENS NEET

- (1). Falta de diagnóstico para a área vocacional;
- (2). Desvalorização do emprego e da sua necessidade;
- (3). Excesso de tempo passado no mundo digital;
- (4). Competências desajustadas às ofertas de emprego existentes;
- (5). Falta de apoio/accompanhamento após conclusão do percurso escolar obrigatório.

#### PERFIL DE RISCO – JOVENS NEET

Percurso escolar irregular e sem perspectivas ou propósito de vida

Desmotivados com a formação escolar que possuem

Desmotivados para procurar ajuda

Falta de objetivos para a vida profissional

<sup>46</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

### D.4.2.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

Quando se fala em “Jovens NEET”, uma das prioridades é promover a articulação entre as várias entidades (Escolas, Centros de Formação e IEFP) que podem ajudar este grupo. O objetivo passa pela sinalização e o devido acompanhamento dos jovens NEET para posteriormente desenvolver um projeto específico para a sua inclusão profissional e social.

Não obstante, é crucial que se diligencie o processo de orientação vocacional e profissional de cada jovem, preferencialmente no final do ensino básico.

Outra resposta será a criação de um Programa de Estágios de Verão para maiores de 15 anos que possibilitem aos jovens um primeiro contacto com o mercado de trabalho.

A sensibilização para os cursos profissionais que se adequam às ofertas de emprego existentes, assim como desconstrução de crenças associadas a este percurso formativo deve ser levada a cabo junto dos jovens e dos seus encarregados de educação.

## PROMOVER A EMPREGABILIDADE DE JOVENS NEET



Problemática Prioritária	Intervenção	Ações prioritárias
Jovens NEET	11.1. Capacitação da intervenção	Circuito escola/IEFP na sinalização e acompanhamento dos jovens NEET; Processo de orientação profissional e vocacional desenvolvido no final do ensino básico.
	11.2. Qualificações e escolarização de jovens em risco de exclusão, NEE e NEET	Programa de Estágios de Verão +15 anos.

## PROJETO ÂNCORA – Desemprego, Desemprego de Longa Duração e Jovens NEET

### ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS

Amarante das Profissões  
IEFP – medidas de apoio, recursos e formação  
Centro Qualifica  
Amarante Tech Hub

---

## PROJETO ÂNCORA – Desemprego, Desemprego de Longa Duração e Jovens NEET

---

### ENTIDADE PROMOTORA

Município de Amarante.

---

### ENTIDADE GESTORA

Eixo da Empregabilidade do CLAS

---

### ENTIDADES EXECUTORAS

Todas as Entidades do Eixo  
Outras Entidades em função da necessidade

---

### MODELO DE GESTÃO

Os interlocutores e os identificados pelas entidades executores

---

### FINANCIAMENTO

Portugal 2030 - Pessoas 2030  
Programa Norte 2030  
Programas nacionais e comunitários  
Programa de Recuperação e Resiliência  
Empresas

---

### LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO

O projeto procurará integrar e articular com o público-alvo e com as empresas que possam constituir uma oportunidade de inclusão e melhoria da qualidade de vida das pessoas desempregadas, desempregados de longa duração e dos jovens NEET.

---

### BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO

Qualificação ou requalificação à medida. Avaliação *on-going*, com disseminação de boas práticas.

As empresas e a identificação do número de profissionais que pretendem contratar, por tecnologia e localização. Segue-se a identificação das áreas e localizações, a estruturação dos cursos de formação e a definição dos respetivos conteúdos pelas instituições de ensino superior/formação envolvidas, em colaboração estreita com as empresas.

A fase seguinte é a abertura de candidaturas a todas as pessoas que pretendam requalificar-se para um setor de elevada empregabilidade e procura de talento.

---

## SUSTENTAÇÃO

---

### Grupo-alvo e potenciais beneficiários

- (1). Desempregados.
  - (2). Desempregados de Longa Duração.
  - (3). Jovens NEET.
  - (4). Comunidades migrantes.
- 

### Necessidades

- (1). Dificuldade na conciliação com a vida familiar;
  - (2). Linhas de transporte públicos existentes desadequadas às necessidades;
  - (3). Baixas qualificações;
  - (4). Necessidade de domínio de outras línguas (inglês, essencialmente);
  - (5). Condições mais favoráveis a curto prazo enquanto desempregados do que empregados (economia paralela);
-

---

## PROJETO ÂNCORA – Desemprego, Desemprego de Longa Duração e Jovens NEET

---

- (6). Deficiência e incapacidade;
- (7). Idades superiores a 40/45 anos;
- (8). Desigualdade de género;
- (9). Falta de apoio/accompanhamento após conclusão escolar;
- (10). Competências desajustadas para ofertas de emprego existentes.;
- (11). Desvalorização do emprego e da sua necessidade;
- (12). Excesso de tempo passado no mundo digital;
- (13). Exploração Laboral.

---

	OBJETIVOS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<b>Estratégicos</b>	Reduzir o tempo de permanência na situação de desemprego Aumentar o rendimento médio.	(1). N.º de meses em situação de desemprego. (2). Vencimento médio pré e pós formação.
<b>Específicos</b>	Até 2028 apresentar um modelo integrado de requalificação e reconversão profissional, mais próximo do cidadão, com avaliação intercalar em 2026.	(1). Criação de uma equipa aceleradora de emprego.

---

### METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E AÇÃO

---

- (1). Identificação dos interlocutores das entidades executoras;
  - (2). Criação de um circuito de comunicação;
  - (3). Captação de empregadores;
  - (4). Captação dos públicos;
  - (5). Interligação com os públicos-alvo, de acordo com as características;
  - (6). "Envelhecer ativo +55" – público-alvo, desempregados com mais de 55 anos, para trabalho parcial.
  - (7). Capacitação de empresários - formação para dar a conhecer as vantagens de contratar recursos humanos jovens; e diferentes medidas de apoio existentes.
  - (8). Programa NEET/jovens - trabalho com os jovens em contexto de escola, na orientação efetiva pedagógica, programas motivacionais, integração em mercado laboral e, obrigatoriedade de trabalho para jovens;
  - (9). Formação para públicos de pessoas com deficiência - acompanhar este público ao nível do ensino secundário para qualificação profissional; capacitação contínua, mesmo após o término da escolaridade obrigatória; mobilização de empresários para empregabilidade inclusiva - aumentar o potencial de empregabilidades.
  - (10). Mulheres – promoção da desconstrução dos papéis de género vigentes que dificultam a conciliação da vida familiar com as obrigações familiares, em vista a facilitar a integração e permanência das mulheres no mundo laboral.
  - (11). RVCC - através do centro qualifica, dar equivalência a habilitações académicas.
-

## PROJETO ESTRUTURANTE - PLANO DE AÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

<b>NECESSIDADE</b>	<b>INOVAÇÃO</b>	<p>Diagnóstico - Entrevistar os empresários dos diversos setores da economia local para auferir as necessidades atuais e futuras em termos de mão de obra qualificada.</p> <p>Organização de <i>focus group</i> com colaboradores de diversos setores e pesquisa de informação para entender interesses de desenvolvimento profissional e <i>upskilling</i>.</p> <p>Organização de <i>focus group</i> com desempregados para entender interesses das áreas de capacitação profissional.</p> <p>Organização de <i>focus group</i> com os jovens sem emprego para entender interesses de capacitação profissional inicial.</p>		
	<b>CAPACITAÇÃO</b>	<p>Adaptar os cursos e formações às reais necessidades da economia local, mas também adequar as mesmas ao perfil de cada pessoa desempregada (jovens e adultos).</p>		
<b>INOVAÇÃO</b>		<p>Compilar e analisar meticulosamente os dados obtidos nas entrevistas para identificar principais lacunas e oportunidades de capacitação profissional no município.</p> <p>Com base na análise, desenhar programa abrangente de capacitação profissional, com foco em <i>upskilling</i>, <i>reskilling</i> e capacitação inicial.</p> <p>Oferecer redução de 0,1% no IMI para empresas que contratarem pessoas capacitadas pelo programa.</p> <p>Oferecer redução de 0,1% no IRS para trabalhadores que concluírem a capacitação pelo programa e forem contratados.</p>		
<b>OBJETIVOS</b>	<b>ESTRATÉGICOS</b>	<p>Até final de 2028 o município de Amarante é reconhecido como um "município de sucesso na qualificação profissional adequada às necessidades do seu tecido empresarial".</p>		
	<b>ESPECÍFICOS</b>	<p>Até final de 2028 Amarante tem de ser reconhecida como um município com boas práticas na promoção da (re)qualificação profissional dos desempregados e dos jovens NEET.</p>		
<b>COMPONENTES CHAVE DA INTERVENÇÃO</b>		<ol style="list-style-type: none"> <li>(1). Montagem técnico-institucional do projeto;</li> <li>(2). Entrevistas a empresários;</li> <li>(3). Entrevistas a colaboradores;</li> <li>(4). Entrevistas a desempregados;</li> <li>(5). Entrevistas a jovens NEET;</li> <li>(6). Compilar e analisar toda a informação recolhida, de forma metódica, com o intuito de perceber quais as lacunas principais e quais as oportunidades em termos de capacitação profissional;</li> <li>(7). Implementação do projeto de capacitação profissional.</li> </ol>		
<b>GRUPO-ALVO</b>		<p>Empresas onde a falta de mão de obra se faz sentir com maior peso; desempregados e desempregados de longa duração; jovens NEET.</p>		
		<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 30%;"><b>Entidade Promotora</b></td> <td>Município de Amarante.</td> </tr> </table>	<b>Entidade Promotora</b>	Município de Amarante.
<b>Entidade Promotora</b>	Município de Amarante.			
<b>PROMOÇÃO E GOVERNAÇÃO</b>		<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 30%;"><b>Entidades Parceiras</b></td> <td>Todas as entidades pertencentes ao Eixo da Empregabilidade do CLAS; Outras entidades a referenciar.</td> </tr> </table>	<b>Entidades Parceiras</b>	Todas as entidades pertencentes ao Eixo da Empregabilidade do CLAS; Outras entidades a referenciar.
<b>Entidades Parceiras</b>	Todas as entidades pertencentes ao Eixo da Empregabilidade do CLAS; Outras entidades a referenciar.			



---

## PROJETO ESTRUTURANTE - PLANO DE AÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

---

HORIZONTE TEMPORAL	Data de Início	Data de Término
	2024	2028
<b>AVALIAÇÃO DE IMPACTO</b>	A cada 2 anos, reavaliar o programa com base em novas entrevistas e análise de dados do mercado de trabalho.	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>(1). Tecido empresarial de Amarante com mais mão de obra disponível.</li><li>(2). Mais e melhores qualificações para os desempregados.</li><li>(3). Maior capacitação e incentivo para os jovens NEET entrarem no mercado de trabalho.</li><li>(4). Aumento do n.º de pessoas empregadas e respetiva redução da taxa de desemprego.</li></ul>	
<b>RECURSOS A MOBILIZAR</b>	Portugal 2030 - Pessoas 2030 Programa Norte 2030. Programas nacionais e comunitários.	

---

Em conjugação com as ações integradas, tanto no Projeto Âncora como no Projeto Estruturante, que neste caso se encontram estruturados para o desemprego, desemprego de longa duração e jovens NEET. Este Plano de Desenvolvimento Social integra, ainda um conjunto de outras ações a desenvolver com o objetivo de promover a empregabilidade de jovens neet.

## FICHA DE AÇÕES - JOVENS NEET

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Circuito escola/IEFP na sinalização e acompanhamento dos jovens NEET	Conceção de um circuito de sinalização e acompanhamento dos jovens NEET em modelo de coresponsabilização entre as entidades da rede social, designadamente das educativas, formativas e de emprego	Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas Agrupamentos de Escolas Escola Secundária/3 de Amarante Externato de Vila Meã EPALC CPCJ IEFP
2	Processo de orientação profissional e vocacional desenvolvido no final do ensino básico.	O objetivo passa por orientar mais eficazmente para a vocação de cada jovem que termine o 9.º ano. Só com uma orientação mais personalizada e adequada às características de cada um e da realidade local, se pode prevenir que no futuro os mesmos não prossigam os estudos (por falta de motivação) e mais tarde não encontrem o emprego adequado à sua realização pessoal.	Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas Escola Secundária/3 de Amarante Externato de Vila Meã EPALC Equipas de Psicólogos especializadas em orientação vocacional.
3	Programa de Estágios de Verão +15 anos	Programa que visa a promoção de experiências em contexto empresarial de acordo com a preferência dos jovens que lhes permita ter contacto com profissões e postos de trabalho, permitindo a orientação vocacional, de forma prática e vivencial, para tomada de decisões futuras.	ATL's IPSS CMA Juntas de Freguesia Associações Empresariais de Amarante e Vila Meã IET Outras entidades

### D.4.3. Habitação (carência e dificuldade de acesso)

A ausência de uma habitação digna é um forte fator de vulnerabilidade e de exclusão estrutural. Um problema que se verifica a nível global é a escassez de oferta de habitação para arrendamento (mercado de arrendamento privado) e os valores elevados das rendas, tendo em conta a inflação e a conjuntura atual. Especialmente nos últimos anos, em que se tem verificado um aumento exponencial do valor das rendas, assim como da avaliação imobiliária, o que faz com que muitos agregados não tenham condições para suportar os custos com a habitação.

Principais problemáticas identificadas no município de Amarante<sup>47</sup>

#### HABITAÇÃO

- (1). Baixo rendimento das famílias;
- (2). Habitações precárias e sem condições de habitabilidade ou conforto.
- (3). Ausência de contratos de arrendamento e licenças de habitabilidade de um número significativo de habitações;
- (4). Elevado valor das rendas.
- (5). Escassez de oferta de habitação para arrendamento (mercado de arrendamento privado).
- (6). O apoio económico do Subsídio ao Arrendamento ser contabilizado no cálculo da prestação do RSI.
- (7). Ausência de habitações com tipologia adequada às famílias.
- (8). Especulação imobiliária.

### PERFIL DE RISCO - HABITAÇÃO

Agregados familiares isolados (especialmente idosos com 65 ou mais anos) e monoparentais

Famílias em situação de vulnerabilidade social e económica

Desestruturação familiar

Famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção ou outras medidas sociais

Em situação de cessação de contratos ou despejo

Pensionistas

<sup>47</sup> Serôdio, R, Matias, S., Serra, A., Borges, R., Mano, C., Macedo, E. Meireles, N. & Cunha, J. (2022). Diagnóstico Social de Amarante (2023-2027). Amarante: Município de Amarante.

### D.4.3.1. Necessidades de Intervenção Prioritária

As linhas de intervenção passam pela promoção do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade a uma habitação condigna, especialmente as que integram crianças e jovens e famílias idosas ou idosos isolados.

Constituição de residências partilhadas para famílias isoladas e de Habitação Colaborativa, bem como a construção de novas soluções habitacionais ao abrigo do 1.º Direito.

## GARANTIR O ACESSO À HABITAÇÃO A TODAS AS PESSOAS SEM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL



<b>Problemática Prioritária</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Ações prioritárias</b>
<b>Habitação</b>	12.2. Reabilitação de edificado	Reabilitação de edificado existente e adaptação para habitação
	12.2. Novas respostas sociais habitacionais	Residências partilhadas Habitação Colaborativa e Comunitária.

## FICHA DE AÇÕES - HABITAÇÃO

Ações	Designação	Descritivo / Racional	Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar)
1	Reabilitação habitacional	<p>O Município de Amarante elaborou a sua Estratégia Local de Habitação, onde percebeu que um dos grandes problemas do território é o elevado estado de degradação e abandono de muito do edificado existente e disperso no território. Neste documento estratégico ficou definido como uma das prioridades a promoção da reabilitação das habitações de proprietários privados, mas também das que se encontram ao abandono para alargar a oferta de habitação digna disponível no município.</p>	CMA IHRU Proprietários privados Empresas de construção
2	Residências partilhadas	<p>Esta proposta passa por constituir residências partilhadas e incentivar as pessoas (sobretudo quem vive sozinho) a partilhar a mesma habitação, para quem tem dificuldades em encontrar uma habitação ou tenha dificuldades em sustentar uma casa. Com residências partilhadas, as restantes despesas inerentes à habitação seriam também partilhadas.</p>	IPSS Cooperativas sociais CMA
3	Habitação Colaborativa e Comunitária.	<p>Construção de fogos habitacionais com as condições dignas em termos de comodidades. Esses seriam geridos por uma equipa responsável com o intuito de manter o aglomerado em boas condições.</p> <p>O espírito comunitário destes aglomerados habitacionais prende-se também com o acrescentar determinados equipamentos que possam ser usados por todos os utilizadores destas habitações. Por exemplo: horta comunitária, loja social, serviço de enfermagem (para os mais idosos), entre outras respostas. Tudo com um custo de utilização adequado aos rendimentos de cada habitante.</p>	IPSS Cooperativas sociais Instituto da Segurança Social CMA

**E. NOTA CONCLUSIVA**

O Plano de Desenvolvimento Social de Amarante é um instrumento de definição conjunta e mediada constituído por objetivos prioritários para promoção do Desenvolvimento Social local.

Com vista à elaboração deste documento, o Município de Amarante, juntamente com os seus parceiros, procuraram planejar uma intervenção a curto prazo, que vise dar resposta às necessidades levantadas especialmente na Carta Social e no Diagnóstico Social de Amarante.

Retoma-se que é objetivo de Amarante, afirmar-se como um município inovador, com uma maior dinâmica social e institucional, trabalhando em rede e diretamente no terreno garantindo respostas sociais mais perto de quem delas necessitam e com uma rede básica de recursos adequada a essas necessidades.

Nesse sentido, este Plano de Desenvolvimento procurou responder aos principais pilares do desenvolvimento social, nomeadamente:

- (1) **Erradicação da pobreza** - através de diferentes ações destinadas a diversos públicos, nas quais se destacam a criação de uma equipa de emergência social atenta às situações de pobreza extrema e os programas de âmbito habitacional. **Promoção do emprego e redução do desemprego** – por intermédio de várias ações que apostam na qualificação e requalificação da população de Amarante, mediante as necessidades do mercado de trabalho, e favorecimento da integração de públicos vulneráveis na economia local;
- (2) **Integração Social** - procurando a **defesa dos direitos humanos**, com ações de intervenção na infância (Projeto Adélia) e na violência doméstica (p. ex. com programas de intervenção com agressores e ações de sensibilização nas escolas). Assim como a **proteção e valorização da diversidade étnica**, cultural e religiosa com a proposta de criação de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (de nível municipal ou supramunicipal).

Este documento inclui, ainda, propostas de intervenção com pessoas sénior e idosas, que representam uma parcela significativa da população de Amarante; ações com vista à minimização do impacto de questões ligadas à saúde mental e tratamento para as ligadas às dependências.

O trabalho desenvolvido ao longo de vários meses pretendeu agregar as várias preocupações e prioridades identificadas no município, por quem nele habita e trabalha e, conseqüentemente, orientar as respostas a estes mesmos problemas.

Contudo, é importante ressaltar que os problema e necessidades sociais têm um carácter dinâmico, pelo que, da mesma forma, o Plano de Desenvolvimento Social de Amarante não é um documento fechado em si mesmo, sendo possível a sua adaptação mediante as necessidades emergentes da população de Amarante para o período de vigência do mesmo.